

BRASIL ● mineral

MINERAÇÃO | METALURGIA | SIDERURGIA

Ano XLIII | Especial | nº 458 | Mineração & X Comunidades 2026 | ISSN 0102-4728



11^o MINERAÇÃO & X COMUNIDADES

O ESG resolve o **X** da questão?

EDIÇÃO ESPECIAL

O VALOR DE UMA DÉCADA

Um legado que vai muito além da mineração.

Há **10 anos no Brasil**, a **CMOC** constrói uma trajetória marcada por desenvolvimento responsável, excelência operacional e visão de futuro, gerando valor para o setor mineral, para a economia e para as comunidades que fazem parte da sua história em Catalão, Ouvidor e Cubatão. **Se faz a diferença no mundo, é CMOC.**



2ª maior produtora mundial de nióbio



2ª maior produtora nacional de fertilizantes fosfatados

50% de mulheres nos órgãos de governança

75% da energia de fontes renováveis

84% taxa de recirculação de água

43 projetos sociais em Goiás e São Paulo

Aproximadamente **6 mil** empregos diretos e **+ de 60 mil** empregos indiretos



Mineração responsável
para um mundo melhor!

CMOC

10 ANOS
NO BRASIL

11º MINERAÇÃO &/X COMUNIDADES

RODA DE CONVERSA

O ESG ACABOU?	6
---------------------	---

PALESTRA

ESG NA PRÁTICA: O CASE BORBOREMA.....	12
---------------------------------------	----

FÓRUM DE LÍDERES

O ESG RESOLVE O X DA QUESTÃO?	16
-------------------------------------	----

MESA REDONDA

RELACIONAMENTO COM COMUNIDADES TRADICIONAIS: DA CONSULTA (CLPI) AO ENGAJAMENTO	24
---	----

PALESTRA

NOVAS DIRETRIZES DA CVM E PERSPECTIVAS PARA A REGULAÇÃO ESG	30
---	----

PALESTRA

A IMPORTÂNCIA DA QUESTÃO SOCIAL NO FINANCIAMENTO DE PROJETOS.....	38
---	----

PAINEL

PROGRAMAS DE APOIO E FORTALECIMENTO DOS MUNICÍPIOS	42
--	----

MESA REDONDA

ESSES CASES DEMONSTRAM QUE O ESG RESOLVE O X DA QUESTÃO?.....	46
---	----

PAINEL ESG

INSTITUTOS E FUNDAÇÕES SÃO O DIFERENCIAL PARA O ESG NA PRÁTICA?.....	52
--	----

2º PRÊMIO MINERAÇÃO & COMUNIDADES

Cases premiados mostram como a mineração transforma diálogo em legado.....	56
--	----

Comunicação Relacionamento e Engajamento

AGP Clima	70
-----------------	----

Desenvolvimento, Cidadania e Gestão de Renda

Programa Desenvolvimento Rural – Lundin Mining Chapada	75
--	----

Responsabilidade Socioambiental Participativa

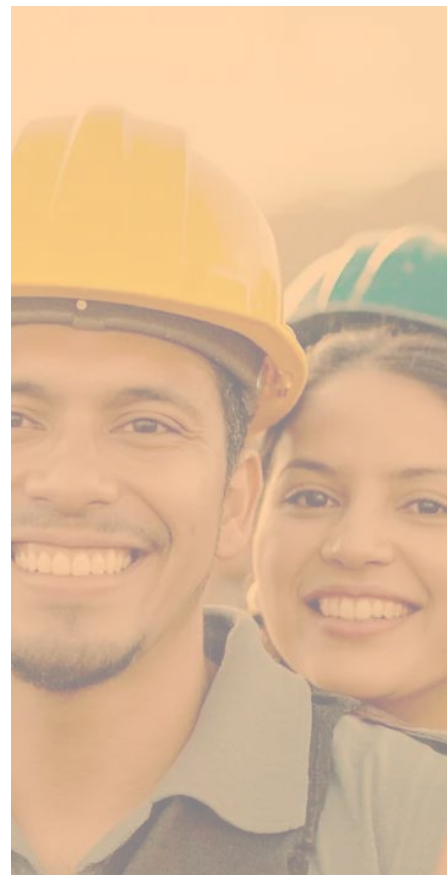
Programa Saúde na Roça.....	80
-----------------------------	----

Resgate e valorização de cultura e tradições

Projeto Raízes – histórias, memórias e identidades afro-indígenas	88
---	----

Respeito e harmonia com comunidades, inclusive tradicionais

Sala de Acomodação Sensorial	
A revolução de acolher as crianças neurodivergentes na rede pública de ensino	96



DIRETOR EDITORIAL

Francisco E. Alves

franalves@signuseditora.com.br

DIRETOR COMERCIAL

Sergio de Oliveira

sergio@signuseditora.com.br

REDAÇÃO

Francisco E. Alves (Editor)

franalves@signuseditora.com.br

Mara Fornari (Editora Adjunta)

mara@signuseditora.com.br

Rodrigo Gabai

rodrigo@signuseditora.com.br

CONTATO PUBLICITÁRIO

Marta Camargo

marta@signuseditora.com.br

Débora De Marchi

debora@signuseditora.com.br

PRODUTOR GRÁFICO/CAPA

Alexandre Paes Dias

armazemdecriativos@gmail.com

PUBLICIDADE E REDAÇÃO

Rua Correia de Lemos, 158 - sala 01

Chácara Inglesa 04140-000

São Paulo - SP

brasilmineral@signuseditora.com.br

www.brasilmineral.com.br

PERIODICIDADE

Mensal

Editada pela Signus Editora Ltda. **Brasil Mineral** é dirigida às empresas de mineração, metalurgia, siderurgia, ferroligas, petróleo, engenharia e projetos, geologia, consultoria, entidades de classe do setor, órgãos governamentais afins a esses ramos de atividade e escolas. Todos os direitos reservados.

Nenhuma informação dessa edição poderá ser copiada ou reproduzida por qualquer meio, impresso ou eletrônico, sem permissão por escrito da Editora.

DIRETOR RESPONSÁVEL

Francisco Evando Alves

(Mtb 11698)

Filiada à



SIGA A BRASIL MINERAL NAS REDES SOCIAIS



www.brasilmineral.com.br

CONSELHO CONSULTIVO

Para orientação de sua linha editorial, principalmente a avaliação do conteúdo técnico de seus artigos, Brasil Mineral constituiu o seu Conselho Consultivo, integrado pelos profissionais relacionados abaixo e que, além de serem conhecidos no setor, possuem notória competência. Esclarecemos que estes profissionais participam do Conselho em caráter pessoal, não representando a posição das empresas ou entidades em que atuam.

Ana Carolina Chieregati
Ana Cristina Magalhães
Adriano Drummond Trindade
Antenor F. Silva Júnior
Antonio Luiz Sampaio Carvalho
Antonio Stellan Jr.
Arão Portugal
Arthur Pinto Chaves
Breno Augusto dos Santos
Camilo Lelis Farace
Carlos Oití Berbert
Cisnea Menezes Basílio
Cláudia Diniz
Cristiane Holanda Moraes Paschoin
Daniel Debiazzi Neto
Débora Toci
Elmer Prata Salomão
Eugenio Singer
Fernando Freitas Lins
Fernando Valverde
Frederico Bedran Oliveira
Gilberto Calaes
Giorgio De Tomi
Hildebrando Hermann
Homero Delboni Jr.
Iran Ferreira Machado

João Luiz Nogueira de Carvalho
Joel Weisz
José Fernando Coura
José Jaime Sznclwar
José Márcio J. Paixão
Juliana Ramalho
Kenro Matsui
Lélio Fellows Filho
Lília Sant'Agostinho
Lúcia Travassos
Luciano de Freitas Borges
Luiz Antônio Vessani
Luiz Enrique Sanchez
Manoel Régis de Moura Neto
Maria Amélia Enriquez
Maria José G. Salum
Marina Ferrara
Paulo César de Sá
Paulo Misk
Renato Ciminelli
Rolf Georg Fuchs
Rosane Santos
Umberto Raimundo Costa
Vânia de Lima Andrade
Vicente Lôbo
Virgínia Ciminelli
Wilfred Bruijn (Bill)
Wilson Nélio Brumer



RODA DE CONVERSA O ESG ACABOU?

A recente decisão da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) de suspender a obrigatoriedade de publicação de relatórios de sustentabilidade reacendeu o debate sobre o futuro do ESG no Brasil. Durante a roda de conversa "O ESG acabou?", realizada no **11º Seminário Mineração &/X Comunidades** da Brasil Mineral, especialistas foram unânicos: a agenda não se encerrou, mas passou por um processo de amadurecimento que exige maior materialidade e integração com a gestão de riscos. Independentemente de obrigações regulatórias, a mineração não pode prescindir da

licença social para operar — e investidores seguem atentos à transformação efetiva nos territórios.

Do meteoro ao amadurecimento

A moderadora **Cristiane Holanda** abriu o painel contextualizando as transformações da agenda ESG na última década. Entre 2015 e 2020, impulsionado pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e pelo Acordo de Paris, o tema ganhou relevância nas corporações. A partir de 2021, contudo, surgiram críticas relacionadas à proliferação de metodologias distintas, ao



Mineração também é presença.

A mineração está onde ela é mais necessária: nos territórios e na vida das pessoas. Não usamos mais barragens de rejeito e monitoramos nossas operações 24 horas. **Juntos(as), criamos um novo futuro todos os dias.**

Priscilla Nilo,

*coordenadora de
Diálogo Social na
Samarco
Mariana, MG*



**ACOMPANHE
AS NOTÍCIAS
DA SAMARCO**





Cristiane Holanda

greenwashing e à subjetividade dos indicadores divulgados.

Adriana Solé foi incisiva ao caracterizar a trajetória do ESG. "Pra mim, em termos de visibilidade, ele foi um meteoro. Teve uma força muito grande, pós-pandemia, o mundo, todo mundo muito sensível com aquela questão toda pandêmica. Ele foi um meteoro, porque expôs uma série de vulnerabilidades em todas as letrinhas", afirmou. Para Solé, o conceito foi "machucado" sucessivamente pela guerra da Ucrânia, que evidenciou a dependência europeia do gás russo, e pela guerra entre Israel e o Hamas, que polarizou a sociedade e enfraqueceu narrativas de direitos humanos.

Rosane Santos ofereceu uma leitura diferente. "Eu não acho que o ESG acabou não, gente, eu acho que ele é adulto, que ele amadureceu", disse. Santos comparou o processo à criação de um filho: "Você tem o filho na infância, depois na adolescência, e aí ele quer sair, né, ele quer experimentar o mundo e depois ele vira adulto e você não consegue mais ali controlar do seu jeito".

Licença social como imperativo

Eduardo Leão, da G Mining, trouxe a perspectiva de quem opera em territórios remotos. "A gente não tem que dizer 'estamos inseridos no território', porque nós somos o território. Nossos funcionários são de lá, nossas comunidades são de lá. Nós estamos ali juntos, de braços dados", declarou.

Leão relatou que a comunidade Morro do Macaco, próxima à mina Tocantinzinho, em Itaituba (PA), recebeu treinamentos sobre direitos humanos, trabalho escravo e trabalho infantil promovidos pela empresa. "Se não é a gente fazendo isso, trazendo esse conhecimento pra eles, não tem como a prefeitura de Itaituba chegar lá, a 400, 500 km de distância", explicou. Para ele, o Estado não consegue estar presente em todos os lugares, e a mineração assume papel de agente de transformação.

Rosane Santos reforçou que a licença social vai além de evitar bloqueios de estrada. "É a legitimidade, é a reputação, é a confiança que a comunidade tem naquilo



Adriana Solé

11º MINERAÇÃO &/X COMUNIDADES

que a gente faz, a ponto de falar: 'é isso aí, continua fazendo, porque eu valido vocês'", afirmou. Segundo ela, esse ativo precisa ser reconhecido como parte da operação, e não tratado como custo ou despesa.

Investidores querem ver transformação

Os painelistas convergiram ao apontar que o mercado de capitais — origem do próprio termo ESG, cunhado em 2004 — segue atento à performance socioambiental das empresas. Eduardo Leão observou que investidores têm visitado os territórios com frequência quase mensal para verificar se as práticas reportadas se materializam. "Hoje, todos esses investidores, o mercado de capitais, deu um passo a mais, está vindo verificar se acontece tudo que a gente está reportando, e saber qual é o tipo



Evento lotou o auditório da FIEMG

de investimento social que aquele acionista também está fazendo", relatou.

Rosane Santos acrescentou que gestores de fundos interessados em ativos minerários mantêm o olhar "firme" e "assertivo". "A mineração ainda é muito fechada. Quem tá de fora tem uma necessidade de entender o que

Produzir os metais
que o mundo precisa,
**no ritmo que
o mundo muda**

É o que nos move: levar mineração responsável a um mundo em transformação, gerando valor para as pessoas e as regiões onde atuamos.

Acesse o nosso **Relatório Anual 2025** e saiba como transformamos inovação em mineração sustentável.





Rosane Santos

esse setor faz, como esse setor faz, por que faz e pra quem faz", observou. Ela alertou que o setor "não tem a chance de errar de novo", após os desastres recentes.

Cristiane Holanda, da Nexa, compartilhou um episódio ilustrativo: na semana anterior ao evento, investidores questionaram a empresa sobre as medidas adotadas em relação ao fenômeno El Niño previsto para o segundo semestre. "Eu quase caí da cadeira, confesso a vocês. O investidor querendo saber o que a gente está fazendo em relação a mudanças climáticas", relatou.

Geopolítica e soberania operacional

Adriana Solé destacou que o cenário geopolítico fragmentado impõe novos desafios às empresas. "O grande desafio da mineração e das empresas de uma forma geral é a sua soberania operacional. De onde é que você vai garantir a sua empresa rodando todo dia, normalmente, sem mimimi?", questionou. Para ela, a instabilidade nos fretes, nos preços do petróleo e nas cadeias de suprimento

obriga as companhias a demonstrar que investimentos socioambientais têm retorno. "Tudo bem, eu quero uma empresa limpa, eu quero uma empresa social, mas me mostra que isso é pagável, que eu consigo pagar", resumiu.

Solé também lembrou que a mineração protagonizou os maiores desastres socioambientais recentes no Brasil, incluindo Mariana, Brumadinho e Maceió. "O que nós fizemos de social, de ambiental, tem que ficar por honra. A sociedade vai nos cobrar e essa é a materialidade que nós vamos ter que responder. Não tem retrocesso nisso que nós já fizemos", afirmou.

Engenharia precisa entrar na conversa

Durante a sessão de perguntas, uma participante questionou a ausência da engenharia nas discussões sobre ESG. "Os desastres vieram da engenharia. E aonde que a engenharia está nessa discussão?", indagou. Para ela, o debate permanece focado "da porteira pra fora", na relação com comunidades, enquanto decisões técnicas internas às operações seguem dissociadas.

Eduardo Leão respondeu com um exemplo prático. No início do projeto Tocantinzinho, a engenharia propôs relocalar a comunidade Morro do Macaco, porque ela estaria dentro da mancha de inundação da barragem. Leão questionou a solução: o impacto seria de apenas 30 centímetros, enquanto as cheias naturais do rio atingiam um metro. A alternativa adotada foi construir um dique de proteção, por menos de um milhão de reais, evitando uma relocação que custaria cer-

ca de dez milhões. "Foi financeiramente, ambientalmente e socialmente", resumiu.

Adriana Solé reconheceu que a formação dos engenheiros ainda carece de visão holística. "Nós continuamos sendo aquele pé de boi mesmo. Quem, nas escolas, tá dando esse tipo de informação?", questionou.

Transformação como condição

O painel evidenciou que, apesar das mudanças regulatórias e das oscilações no discurso global, a agenda ESG permanece central para a mineração brasileira. O consenso entre os especialistas é de que o conceito evoluiu de uma abordagem reputacional para uma lógica de gestão de riscos e criação de valor sustentável. A licença social deixou de ser uma formalidade e tornou-



Eduardo Leão

-se condição para operar, com investidores cada vez mais dispostos a verificar in loco a transformação prometida nos relatórios. Como sintetizou Rosane Santos, "se não transformar, gente, não vai adiantar fazer por fazer". □



**Produzir soluções em alumínio
que transformam vidas.**

Esse é o nosso propósito.

Com práticas sustentáveis, da mineração à produção, parcerias que envolvem toda a cadeia de valor e iniciativas que incentivam a circularidade, levamos ao mercado um alumínio de baixo carbono, gerando impacto positivo para o meio ambiente e a sociedade.



Acesse o
nosso site
e saiba
mais!



PALESTRA

ESG NA PRÁTICA: O CASE BORBOREMA

No projeto Borborema, a Aura Minerals adotou uma solução de reuso para enfrentar, ao mesmo tempo, a escassez hídrica do semiárido e um passivo de saneamento básico. Com investimento de US\$ 8 milhões, a companhia implantou uma adutora de 27 quilômetros e uma estação de tratamento de esgoto para abastecer o processo industrial da mina de ouro com efluentes tratados. A iniciativa, apresentada por **Max Delfino**, gerente de RH, Comuni-

cação e ESG, na palestra “ESG na prática: o case Borborema”, trata cerca de 70 metros cúbicos de esgoto por hora e evita a captação de água nova em uma região de baixa disponibilidade hídrica.

A mineração em regiões de clima semiárido costuma ter na água seu principal limitador. No projeto Borborema, a Aura Minerals buscou transformar esse obstáculo em uma solução operacional e socioambiental: usar esgoto tratado como fonte de abaste-

Compromisso com a Comunidade

A **GEOSOL** e o **Grupo GEOPAR** se comprometem com a **inclusão** e o **desenvolvimento** das comunidades onde atuam, participando de projetos nacionais que promovem cultura, esporte, educação e bem-estar social.

Também apoiam jovens colaboradores, como estagiários e aprendizes e investem em programas de apadrinhamento para pessoas com deficiência e em situação de vulnerabilidade.

A **GEOSOL** e o **Grupo GEOPAR** valorizam a colaboração com a comunidade, promovendo respeito, inclusão e desenvolvimento sustentável, com o objetivo de construir um futuro onde todos possam prosperar e juntos fazer a diferença.



cimento para o beneficiamento de ouro. A alternativa permite reduzir a pressão sobre mananciais locais, dá segurança hídrica à operação e, ao mesmo tempo, enfrenta um problema antigo de saneamento básico.

Segundo Delfino, a área convivia com uma equação difícil para qualquer empreendimento mineral: a evaporação supera a precipitação, e a disponibilidade de água é limitada. Esse cenário, afirmou, ajudou a postergar por décadas a viabilização da mina. A pergunta central, portanto, era direta: “Como você faz uma operação de ouro com segurança hídrica em um local que não tem água?”

A resposta encontrada pela companhia foi olhar para o efluente urbano não como passivo, mas como insumo. Antes do projeto, parte relevante do esgoto doméstico coletado recebia apenas remoção simples de sólidos e seguia para um rio local. A partir dali, o efluente poderia alcançar reservatórios usados no abastecimento, ampliando riscos ambientais e de saúde pública. Para Delfino, o ponto de partida foi justamente converter esse fluxo em fonte de água industrial, evitando tanto o descarte inadequado quanto a retirada de água nova do ambiente.

“Resolvemos um problema socioambiental, que é do Estado, que é do Governo, para de colocar esgoto no rio, nos açudes, recuperamos essa água, não impactamos a população retirando água nova do meio ambiente, numa região em que não existe água, e paramos de gerar doenças, insetos, entre outros”, explicou.

Depois de adquirir o projeto, em setembro de 2022, a Aura Minerals decidiu bancar uma solução própria para a questão hídrica.



Max Delfino

O investimento foi de US\$ 8 milhões, valor equivalente, à época, a cerca de R\$ 40 milhões a R\$ 45 milhões. Os recursos foram destinados à implantação de uma adutora de 27 quilômetros e de uma estação de tratamento de esgoto construída para atender à operação mineral.

A adutora capta o esgoto bruto que antes seria destinado ao rio e o conduz até a área industrial. Na estação, o efluente passa por tratamento antes de ser incorporado ao circuito da mina. De acordo com os dados apresentados por Delfino, o processo remove 100% dos coliformes, 91% dos sólidos e reduz a turbidez em mais de 97%. A água resultante não é potável, mas atinge os parâmetros necessários para uso industrial, em especial no processo de lixiviação do ouro.

“Hoje, 100% de toda a água que roda, que opera dentro da indústria, é proveniente do esgoto de Currais Novos, uma solução que impactava diretamente a população e hoje não impacta mais, e conseguimos empregar pessoas com a água que antes era jogada no rio”, afirmou o gerente da Aura Borborema.

11º MINERAÇÃO &/X COMUNIDADES

O desenho operacional também reduz perdas e elimina a necessidade de barragem de rejeitos. A água tratada entra no processo, o rejeito é filtrado e empilhado a seco, e a fração líquida recuperada retorna ao circuito. O esgoto tratado repõe, sobretudo, as perdas por evaporação, fator crítico em uma região semiárida. Com isso, a operação passou a ter uma fonte contínua de água de reuso, menos sujeita à sazonalidade das chuvas.

No primeiro ano de operação, a unidade tratou mais de 218 mil metros cúbicos de esgoto. Para a Aura Minerals, o resultado vai além da engenharia: a solução contribuiu para a aceitação do empreendimento pela comunidade, ao associar a atividade mineral à melhoria ambiental e à geração de empregos. Max Delfino comparou esse modelo com ciclos anteriores de atividade dependente da chuva, nos quais a contratação oscilava conforme a disponibilidade hídrica: “chovia, minerava; para de chover, demite todo mundo”.

A participação do poder público, segundo o executivo, ocorreu no campo

institucional e de licenciamento, mas não no financiamento da solução. Questionado sobre o tema, ele respondeu: “Cem por cento privado. Tivemos a parceria, logicamente, com a questão das licenças, a questão de todo o processo de fazer, mas o investimento, a construção, a manutenção, a operação, toda cem por cento por nós”.

A mina, inicialmente projetada para 13 anos de vida útil, passou a ter horizonte estimado entre 25 e 30 anos, o que abre espaço para ampliar a captação e o tratamento de esgoto ao longo do tempo. Sobre o destino da estação após o fechamento da operação, Max disse que a transferência da estrutura ao poder público está em análise, dentro da ideia de deixar um legado para a região.

“Esse processo é transitório, volta para o poder público, uma vez que já é de sua responsabilidade. Nós não assumimos o papel do poder público: estamos retirando o esgoto, tratando e gerando oportunidade de desenvolvimento para a região com essa solução”, concluiu. 

Mineração com começo, meio e legado.

Nosso compromisso: **gerar impacto positivo** por meio de uma **mineração responsável**.



BORBOREMA · RN · BRASIL

ESGOTO URBANO VIROU RECURSO INDUSTRIAL

Investimos R\$ 48,4 milhões em tratamento de esgoto para abastecer a operação, preservando a água da população local.



MINOSA · HONDURAS

PROJETO SEMENTES DA ESPERANÇA

Aproveitamos áreas já mineradas para avançarmos no estudo do cultivo de uvas para fomentar nova indústria de vinhos de alta qualidade no país.



ERA DORADA · GUATEMALA

MAIS DE 1.000 HORAS DE DIÁLOGO ANTES DAS OBRAS

Escutamos a comunidade e definimos: mineração subterrânea e gestão hídrica responsável para todos.

CONHEÇA ESSAS E MAIS HISTÓRIAS EM NOSSAS REDES.



[auraminerals.com](https://www.auraminerals.com)


aura





Foto: Léo Fortes

FÓRUM DE LÍDERES

O ESG RESOLVE O X DA QUESTÃO?

O ESG deixou de ser instrumento de reputação para se tornar fator de risco e sobrevivência nas empresas de mineração. Essa foi a tônica do Fórum de Líderes do 11º Seminário Mineração e Comunidades, promovido pela Brasil Mineral, que reuniu executivos de cinco mineradoras em diferentes estágios de maturidade. O debate, moderado por Wilson Brumer, evidenciou que, independentemente de resistências momentâneas ao termo ESG,

as expectativas da sociedade por operações mais seguras e responsáveis são irreversíveis. Os painelistas também abordaram o papel da escuta ativa das comunidades, a importância de pensar o fechamento de mina desde o primeiro dia de operação e os desafios da insegurança jurídica no Brasil.

ESG como conquista civilizatória

Wilson Brumer abriu o painel contextualizando a evolução do conceito de susten-



Reforçamos nosso compromisso com uma mineração mais responsável.

Trabalhamos em parceria com nossos clientes, levando tecnologias que tornam as operações mais seguras e geram valor para as comunidades ao redor.

Apostamos na capacitação técnica e no fortalecimento de fornecedores locais.

Porque o desenvolvimento começa pelas pessoas.

Saiba mais acessando:
metso.com/pt/campanhas/mulheres-do-santuário/

Metso



Wilson Brumer

tabilidade desde as décadas de 1970 e 1980, quando o termo surgiu com foco predominante em meio ambiente. "Sustentabilidade é sim meio ambiente, mas é gente, é comunidade, é tecnologia, é lucro. Se empresa também não der lucro, não é sustentável", afirmou, ressaltando que o ESG representa um aprimoramento conceitual que vai além de um somatório de letras.

Othon de Villefort Maia, vice-presidente de Sustentabilidade e Assuntos Corporativos da AngloGold, reforçou essa perspectiva ao defender que o ESG representa uma conquista civilizatória. "Independente de algum pushback momentâneo que possa acontecer no mundo, é claro que as expectativas da sociedade serão sempre por atividades mais seguras, atividades que zelem pela proteção ambiental, que contribuam mais pra sociedade. Isso não muda numa visão de longo prazo", declarou.

Para Maia, o conceito pode ser simplificado em dois pontos: "fazer o que é certo agora" e "estar conectado a tendências futuras". Ele destacou que sustentabilidade não

é ponto de chegada, mas busca contínua, o que pode gerar sensação de desgaste ao se discutir sempre os mesmos temas.

Licença social desde o primeiro dia

Marisa César, diretora de Assuntos Corporativos e Sustentabilidade da PLS, trouxe a experiência de uma empresa australiana que adquiriu um projeto de lítio em Salinas, Minas Gerais, em região semiárida com comunidades quilombolas no entorno. Segundo ela, o décimo funcionário contratado foi designado para relacionamento com a comunidade, quando havia apenas duas sondas no campo.

"Nós decidimos fazer a consulta livre pré-informada. Nos tornamos um case da CMAD e apresentamos na COP 30 por termos realizado essa consulta. Isso nos deu um carimbo de uma licença social", relatou César. A executiva enfatizou que o trabalho de "letramento minerário" junto às comunidades tem sido fundamental para mitigar movimentos contrários à mineração na região.



Othon de Villefort Maia

11º MINERAÇÃO &/X COMUNIDADES

Rafael Murro, diretor de Operações da Galvani, destacou a juventude da agenda ESG comparada à história da mineração. "A sigla ESG surge em 2004. Sustentabilidade, com falas mais fortes, em década de 90. Então é uma agenda extremamente jovem comparada à mineração. Temos quilômetros pra correr", afirmou. A Galvani, empresa 100% nacional que produz fertilizantes fosfatados na Bahia, implementou um programa de portas abertas que inclui visitas durante a fase de construção de novas operações.

Pessoas no centro das decisões

Isabela Dumont, head de Pessoas, ESG e Comunicação da Aura, apresentou o caso da Guatemala, país onde 100% dos municí-



Marisa César

pios não possuem água potável segura para consumo devido à contaminação natural por arsênio. A empresa enfrentou um ambiente de forte oposição à mineração e, após 1.500 horas de diálogo com a comunidade



Desenvolvendo oportunidades

Acreditamos que investir em educação é construir o futuro das comunidades onde atuamos. Um exemplo é o Projeto Recriar que, realizado em parceria com o Sesi Minas, amplia o acesso de jovens ao mercado da indústria e da mineração em Minas Gerais.



Escaneie o QR Code e saiba mais!





Rafael Murro

local, optou por abandonar o projeto de mineração a céu aberto em favor de uma operação subterrânea.

"A gente levou tanto em conta essa preocupação, que a gente decidiu não seguir pelo caminho da mineração open pit, que era a maior preocupação deles também pela questão visual, e seguimos com a operação underground. Isso conectou uma relação de confiança", explicou Dumont.

Othon de Villefort Maia complementou apresentando o conceito de "triple zero" adotado pela AngloGold: zero evento social, zero evento ambiental e zero evento de saúde e segurança. O executivo revelou que 100% dos empregados da empresa, incluindo executivos e mão de obra operacional, possuem objetivos de ESG em sua remuneração variável. "Outro dia eu vi um número que eu fiquei chocado: uma pessoa, ao longo de uma jornada de trabalho, toma duas mil decisões. Somos 6.500 pessoas na AngloGold, estamos falando de mais de 12 milhões de decisões por dia sendo tomadas", contextualizou.

Fechamento de mina e legado territorial

O ciclo finito da mineração e a necessidade de evitar dependência econômica das comunidades foram temas centrais do debate. Dumont apresentou o caso de uma operação em Honduras em fase de fechamento, onde a empresa iniciou há dois anos o cultivo de uvas para produção de vinho em terrenos antes minerados. "A uva não cresce em qualquer região, então trouxemos uvas do Chile, da Itália, estão dando um retorno de mais de 85% positivo. Em junho começamos a primeira safra para produção de vinho", detalhou.

Maia descreveu o Projeto Nova Vila, iniciativa da AngloGold para reconversão de uma área de 260 mil metros quadrados no centro de Nova Lima, onde funcionou a mina originária da empresa desde 1834, paralisada em 2003. O projeto prevê a restauração de



Isabela Dumont



MID

Grandes projetos exigem experiência, inovação e confiança.

A MID entrega soluções integradas de engenharia, construção, montagem eletromecânica e manutenção com excelência técnica, segurança e responsabilidade socioambiental.

Atuamos em todo o Brasil com um modelo de negócios inovador e demandas customizadas de acordo com a necessidade de cada cliente.

Acesse o QR Code e saiba mais.





Karla Nunes Silva

19 galpões históricos e a criação de um novo bairro com moradia, lazer e espaços para diversificação econômica. "Uma das coisas que destravou esse projeto foi a partir do momento em que a empresa abriu mão de 100% de qualquer tipo de remuneração sobre a área", revelou.

Karla Nunes Silva, especialista em Sustentabilidade da Vale, citou o exemplo da mina de Águas Claras, também em Nova Lima, onde a empresa tem realizado testes de novos usos, incluindo eventos de mergulho na cava alagada. "Não adianta implantar uma solução para fechamento de mina que no futuro vai virar um passivo. Tem que ser algo sustentável", ponderou.

Risco e insegurança jurídica

Wilson Brumer propôs que o ESG seja considerado fator de risco nas empresas. "A partir do momento que temos um problema de natureza ambiental, é um fator de risco que afeta a reputação da empresa. Muitas empresas, se aconteceu com a Vale uma tra-

gédia, conseguiram segurar as consequências financeiras, mas uma empresa menor simplesmente teria quebrado", argumentou.

O moderador também criticou a insegurança jurídica no país e a forma como o governo tem tratado a pauta de minerais estratégicos. "Me preocupa a forma como está sendo feito. De repente vou criar um comitê para analisar projeto com quantas pessoas? Isso é uma assembleia", questionou, defendendo que as empresas do setor deveriam ser suas próprias fiscalizadoras, liberando o Estado para atuar sobre aqueles que não cumprem as normas.

Rafael Murro ressaltou que conflitos com comunidades são inevitáveis e que o segredo está na forma de lidar com eles. "Sustentabilidade, relação com a comunidade, ESG, não significa ausência de conflito. Temos que ter canais ativos, escuta ativa, mas principalmente resposta rápida e feedback transparente", afirmou.

O painel evidenciou um consenso entre os participantes: independentemente da nomenclatura utilizada, as práticas de responsabilidade socioambiental e governança se consolidaram como elementos estratégicos para a sobrevivência das empresas de mineração no longo prazo. □



Participantes do Fórum de Líderes

75.000

usuários/mês

220.000

visitas/mês

**Quando quiser falar
com a mineração,
fale antes conosco**

brasilmineral.com.br

brasilmineral@signuseditora.com.br



MESA REDONDA

RELACIONAMENTO COM COMUNIDADES TRADICIONAIS: DA CONSULTA (CLPI) AO ENGAJAMENTO

Mesa redonda debateu a evolução da Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI), que deixa de ser tratada como rito isolado de licenciamento para se consolidar como processo permanente de diálogo. Representantes de Hydro, Vale e ISA discutiram confiança, segurança jurídica, diversidade territorial e o novo peso do Judiciário nas relações entre mineração e comunidades tradicionais.

A mesa redonda “Relacionamento com comunidades tradicionais: da consulta

(CLPI) ao engajamento” mostrou que a Consulta Livre, Prévia e Informada já não pode ser compreendida como uma etapa pontual de licenciamento. No debate moderado por **Keyty Silva**, representantes de Hydro, Vale e ISA convergiram na avaliação de que a consulta precisa estar inserida em uma estratégia mais ampla, contínua e transparente de relacionamento com comunidades tradicionais.

O painel também evidenciou que essa agenda ganhou nova complexidade. Além

11º MINERAÇÃO &/X COMUNIDADES



Keyty Silva, da Integratio

dos desafios já conhecidos — diversidade sociocultural, assimetria de informação, diferenças de tempo entre empresas, Estado e comunidades e construção de confiança —, o setor mineral passa a lidar com maior protagonismo do Judiciário. Para os participantes, esse movimento pode alterar mo-

delos de negociação, formas de parceria e a própria compreensão sobre quem conduz e se beneficia dos projetos em territórios tradicionais.

Consulta como processo

A ideia de que a CLPI deve ser tratada como processo, e não como evento, foi o ponto de partida comum. Para as empresas, cumprir uma exigência formal não basta para garantir estabilidade operacional. A chamada licença social para operar depende de relações duradouras, canais de escuta e capacidade de dar previsibilidade ao diálogo, antes, durante e depois de qualquer etapa de autorização.

Heloisa Bortolo, da Vale, ressaltou que essa construção começa pela confiança, ele-



CONSTRUIR, OPERAR & EXPLORAR PARA MAIS.

A G Mining Ventures é uma empresa de mineração de ouro com sede no Canadá, ancorada pela Mina Tocantinzinho no Brasil e por dois projetos: Oko West na Guiana e Gurupi no Brasil.

Listada na TSX e na OTCQX, a GMIN tem como foco gerar valor duradouro para seus stakeholders por meio da construção e operação de minas com os mais altos padrões de excelência.





Heloisa Bortolo

mento que não se forma por decreto nem no ritmo de um cronograma corporativo. “A gente não consegue discutir CLPI ou discutir relacionamento e engajamento com as comunidades sem passar pela questão da confiança, e isso é bastante desafiador. Então requer tempo”, afirmou.

Segundo ela, a empresa busca previsibilidade e segurança jurídica, mas entende que a sustentabilidade das operações exige ir além do cumprimento estrito da legislação. Isso significa estabelecer acordos, rotinas de diálogo e mecanismos permanentes que organizem a convivência com comunidades impactadas ou vizinhas aos empreendimentos. A abordagem também pressupõe reconhecer que cada território tem história, formas próprias de decisão e expectativas específicas sobre futuro, desenvolvimento e proteção socioambiental.

O novo peso do Judiciário

Márcio Santilli, do ISA, trouxe ao centro do debate a mudança de contexto jurídico. Para ele, a discussão sobre consulta e mineração em territórios tradicionais entrou

em uma fase distinta, marcada por decisões judiciais que pressionam o sistema político a enfrentar lacunas antigas. “Hoje nós temos uma situação nova, caracterizada por um protagonismo muito grande do Poder Judiciário no trato dessa questão, diferentemente de outros momentos”, contextualizou.

Santilli destacou duas frentes. A primeira é a determinação para que o Parlamento avance na regulamentação da exploração de recursos hídricos e minerais em terras indígenas, tema previsto na Constituição e ainda pendente de disciplina específica. A segunda envolve o povo Cinta Larga e a possibilidade de que as próprias associações indígenas pleiteiem a exploração de recursos minerais em seu território, ao mesmo tempo em que questionam requerimentos no entorno usados, segundo a argumentação apresentada, para dar aparência legal a diamantes extraídos ilegalmente.

O caso, observou Santilli, desloca a lógica tradicional. Em vez de comunidades apenas reagirem a projetos conduzidos por terceiros, surge a hipótese de povos indígenas serem titulares de iniciativas e buscarem parcerias em outras bases. A pergunta que se impõe ao setor, na avaliação dele, é se há instituições privadas capazes de apoiar uma atividade mineral indígena de forma sustentável, sem reproduzir relações predatórias nem deixar essas populações vulneráveis ao garimpo ilegal.

Mesmo que restrita a uma situação específica, a discussão sinaliza uma inversão relevante: a comunidade deixa de ser vista apenas como parte consultada e passa a poder ocupar posição ativa na definição do

11º MINERAÇÃO &/X COMUNIDADES



Márcio Santilli

projeto, das condições de exploração e dos parceiros. A própria exigência de consulta interna entre os indígenas mostra que o tema não se resolve por simplificações. Há distintas instâncias de decisão, interesses comunitários a harmonizar e riscos de longo prazo que precisam ser compreendidos antes de qualquer escolha.

Diversidade e tempos distintos

Os participantes também chamaram atenção para os desafios práticos da consulta. Não há um modelo único capaz de

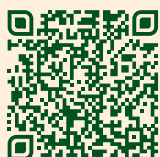
responder à pluralidade de povos, territórios e formas de organização. “É superdifícil ter uma receita de bolo que possa dar conta dessa pluralidade”, disse Santilli, ao mencionar o apoio do ISA a comunidades na elaboração de protocolos próprios de consulta.

Heloisa Bortolo afirmou que a Vale também apoia a construção desses protocolos e de Planos de Gestão Territorial e Ambiental, instrumentos que ajudam a qualificar o diálogo. Quando uma comunidade define previamente como quer ser consultada, quem a representa, quais etapas devem ser observadas e quais temas considera prioritários, a relação tende a se tornar mais clara. Para a empresa, esse investimento demanda tempo, mas pode reduzir conflitos futuros ao explicitar regras, interlocutores e expectativas.

Outro ponto recorrente foi a diferença de temporalidades. Empresas operam com prazos de investimento, licenciamento e produção; o Estado tem seus próprios ritos administrativos; comunidades, por sua vez, deliberam segundo processos internos que nem sempre se encaixam em calendários

Nossa jornada sustentável em movimento

O **Relatório de Sustentabilidade 2025** já está disponível e apresenta os desafios e resultados da nossa jornada sustentável.



Acesse
pelo QR
Code e leia.





Cláudia Noronha

externos. A sobreposição desses ritmos é uma das maiores dificuldades para que a consulta seja efetiva e legítima. A tentativa de acelerar etapas, sem maturação suficiente, pode comprometer a confiança e fragilizar decisões.

Para Bortolo, um dos obstáculos é dialogar com comunidades que ainda não consolidaram seus protocolos ou uma visão de futuro para o território. Nesses casos, o engajamento precisa combinar informação acessível, respeito às formas locais de decisão e disposição para sustentar conversas de longo prazo. A consulta deixa, assim, de ser uma formalidade documental e passa a integrar a governança da relação.

Mais que compensação financeira

A possível regulamentação da mineração em terras indígenas, especialmente em modelos nos quais os próprios povos tenham papel ativo, eleva o debate para além de compensações financeiras. Santilli alertou contra a tentação de reduzir a discussão a royalties. “Reduzir a conversa ao royalty é um atraso de vida. Eu acho que a gente entra por um caminho muito complicado”, afirmou.

Para ele, comunidades precisam compreender o processo produtivo, os riscos, os impactos e as implicações de um empreendimento de longa duração em seu território. A discussão deve envolver conhecimento técnico, governança, repartição de responsabilidades e capacidade de decisão informada. Nesse cenário, povos tradicionais não podem ser tratados como receptores passivos de benefícios, mas como sujeitos políticos capazes de definir condições, limites e formas de participação.

A questão de quem deve coordenar essa capacitação também foi debatida. Heloisa Bortolo defendeu maior protagonismo estatal. “Eu acho que o Estado deveria protagonizar um pouco essa coordenação”, disse, ao ponderar que as empresas podem contribuir, mas dentro de uma política pública mais ampla e estruturada. Santilli manifestou ceticismo quanto à capacidade atual do Estado de responder sozinho à complexidade do tema, especialmente diante das fragilidades institucionais já conhecidas.

Ao final, a mesa indicou uma mudança de patamar. A CLPI, tratada como item de uma lista de obrigações legais, não responde mais aos desafios operacionais, reputacionais e jurídicos da mineração em territórios tradicionais. O engajamento contínuo, baseado em confiança, protocolos claros e parcerias mais equilibradas, passa a ser condição para a legitimidade da atividade mineral — especialmente em regiões onde direitos territoriais, conservação ambiental e projetos econômicos se encontram de forma mais sensível. □



O FUTURO DA MINERAÇÃO PASSA PELAS COMUNIDADES.

Escutar, compreender e construir soluções conjuntas não é apenas uma boa prática. É o caminho para operações mais sustentáveis, seguras e duradouras.

Há mais de 20 anos, a Integratio apoia empresas na construção de relações de confiança nos territórios onde atuam.





Adriana Moura

PALESTRA

NOVAS DIRETRIZES DA CVM E PERSPECTIVAS PARA A REGULAÇÃO ESG

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) alterou as regras de divulgação de informações financeiras de sustentabilidade para companhias abertas, substituindo a obrigatoriedade do padrão internacional ISSB por um modelo voluntário. A mudança, publicada há duas semanas pela Resolução CVM 244, provocou reações contrárias de entidades como AN-BIMA, IBGC e Principles for Responsible Investment. Em palestra durante o evento da Brasil Mineral, a advogada **Adriana**

Moura, do escritório Mattos Filho, analisou os impactos da decisão e alertou que, mesmo com o recuo regulatório, empresas de toda a cadeia produtiva — incluindo mineradoras de capital fechado — precisarão se preparar para responder a demandas de transparência climática de seus clientes listados em bolsa.

Brasil foi pioneiro na adoção do padrão internacional

Em 2023, o Brasil tornou-se o primeiro país a adotar o ISSB (International Sus-

tainability Standards Board) como padrão obrigatório para divulgação de informações de sustentabilidade por companhias abertas. Os standards S1 e S2, elaborados pelo organismo internacional, exigem que as empresas traduzam suas estratégias ESG em dados financeiros verificáveis, com foco em riscos climáticos.

"Nós temos no Brasil uma regulação muito avançada em relação a diversos países do mundo pra todos os setores de mercado, tanto pra companhias abertas quanto pra fundos de investimento, companhias seguradoras, voltado pra divulgação e transparência ESG em torno de metas, gestão de riscos e principalmente com foco em prevenção ao greenwashing", explicou Adriana Moura.

O ano fiscal de 2026 seria o primeiro em que todas as companhias abertas brasileiras teriam de apresentar o relatório ISSB de forma obrigatória. Até o momento, apenas oito empresas haviam aderido voluntariamente ao padrão. Os standards foram internalizados no Brasil pelo Comitê Brasileiro de Pronunciamentos Sustentáveis e transformados em norma contábil, consolidando um arcabouço regulatório que parecia definitivo.

Mudança abrupta provoca reação do mercado

A Resolução CVM 244, publicada há cerca de duas semanas, alterou completamente o cenário ao revogar a obrigatoriedade e adotar o modelo "pratique ou explique". Nesse formato, já utilizado pela CVM para outras obrigações, a empresa declara se ado-



Meio ambiente: onde tem cuidado, tem transformação.

Transformar o mundo começa com escolhas simples e conscientes. Quando cada pessoa faz a sua parte, a mudança deixa de ser promessa e vira realidade diária. Cuidar da terra é garantir o futuro das próximas gerações. E cuidar do meio ambiente é, acima de tudo, cuidar de nós mesmos.

Na Anglo American, sustentabilidade é compromisso. Um compromisso que se renova todos os dias com responsabilidade, inovação e ações que geram impactos reais dentro e além da operação.

Porque cada gesto importa.
Cada atitude transforma.

Conheça nossa estratégia de sustentabilidade em:
angloamerican.com



Foto: NITRO/Imagens Visuais

casasanto



ta ou não determinada prática e, caso não adote, justifica os motivos — como custos de conformidade elevados ou necessidade de adaptações na governança.

A advogada mapeou cerca de 20 notícias sobre o tema nas duas semanas seguintes à publicação da norma. Enquanto a Associação Brasileira de Companhias Abertas (Abrasca) manifestou-se favoravelmente à mudança, alegando que as empresas terão mais tempo para se adaptar, diversas entidades posicionaram-se contra.

A ANBIMA divulgou nota contrária à medida, assim como o Principles for Responsible Investment, organização que orienta investidores no Brasil e no mundo. Uma manifestação conjunta da FIPECAFI com o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) também criticou a decisão. Na semana passada, o novo presidente da CVM indicou disposição para rever a voluntariedade, e o próprio ministro da Fazenda sinalizou buscar medidas contra a autarquia.

No âmbito judicial, o Instituto de Defesa do Consumo (IDC) ajuizou ação contra a CVM com pedido liminar para suspensão da norma. O pedido não foi acolhido, mas a autarquia deverá prestar esclarecimentos sobre o processo administrativo que embasou a decisão.

Impacto se estende a toda a cadeia de valor

O standard S2 do ISSB é focado exclusivamente em mudanças climáticas e exige divulgação em três escopos: escopo um (produção própria), escopo dois (fonte energética) e escopo três (cadeia de valor, incluindo logística e pós-produção). Essa estrutura faz com que a regulação, embora direcionada a companhias abertas, afete todos os participantes da cadeia produtiva.

"Quando a gente fala de commodity, a gente fala de insumo pra muitas indústrias e pra muitos mercados, inclusive fora do Brasil. E vocês são fornecedores desses insumos para seus clientes, mas os seus clientes talvez sejam obrigados a apresentar essas informações publicamente", alertou Moura, dirigindo-se à plateia composta majoritariamente por representantes do setor mineral.

Uma companhia aberta que precise reportar informações de sustentabilidade buscará esses dados não apenas internamente, mas também junto a parceiros comerciais e fornecedores. "Ninguém é uma ilha. As companhias todas se relacionam", ressaltou a advogada. Para empresas de capital fechado que fornecem insumos a clientes listados em bolsa, isso significa a necessidade de organizar dados e governança para atender a essas demandas.

Asseguração razoável permanece como exigência

Mesmo com a adoção do modelo voluntário, um ponto permaneceu inalterado: a exigência de asseguração razoável para as informações divulgadas. Diferentemente da auditoria limitada praticada até então, que verificava principalmente aspectos meto-



dológicos, a asseguração razoável demanda checagem efetiva de dados.

"Ao exigir a checagem de dados, ela vai passar tanto pelas políticas, controles internos, sistemas de governança internos, pra entender como funciona essa gestão de riscos que tá sendo informada, como também pelos dados relacionados a metas que estão estabelecidas", detalhou Moura. Isso implica controle mais rígido sobre parceiros comerciais, com riscos jurídicos bem alocados em contratos e metas diluídas ao longo da cadeia.

A principal crítica ao modelo "pratique ou explique" reside na perda de comparabilidade. A lógica original do ISSB era permitir que investidores comparassem informações de diferentes companhias de forma padronizada. A própria CVM, ao analisar dois a três anos de divulgação pelo modelo voluntário nos formulários de referência, concluiu que não havia padronização nas respostas sobre sustentabilidade.

"Ao fazer a alteração do ISSB pra voluntário, essa padronização deixa de existir", afirmou a advogada. "Não é só pela ausência da informação, mas também pela dificuldade de um investidor sentar e comparar objetivamente as informações."

Cenário de incerteza exige preparação das empresas

Nas próximas semanas, o cenário regulatório deve passar por novas movimentações. O Ministério da Fazenda avalia medidas, e o novo presidente da CVM sinalizou possibilidade de retorno da obrigatoriedade, possivelmente com prazos mais dilatados. Caso a norma seja restabelecida, os prazos das companhias abertas repercutirão nas empresas de capital fechado que integram suas cadeias de valor.

Moura encerrou sua apresentação afastando a narrativa de que o ESG teria perdido relevância. "Ainda que se permaneça o modelo apenas 'pratique ou explique', uma resposta precisa ser dada", ponderou. "Uma vez que a pergunta é feita do regulador pras companhias abertas, essa pergunta pode ser repassada e diluída ao longo da cadeia, com todos tendo necessidade de se organizar pra prestação desse tipo de informação."

A recomendação é que as empresas invistam em governança de dados e controles internos independentemente do desfecho regulatório. "Pra todos os cenários, esse controle interno de governança de dados e essa participação ativa da companhia na gestão da sua cadeia vai ser essencial pra garantir uma tranquilidade nesse processo de adaptação, seja ele qual for", concluiu a advogada. □



PALESTRA

A IMPORTÂNCIA DA QUESTÃO SOCIAL NO FINANCIAMENTO DE PROJETOS

A gestão social deixou de ser diferencial competitivo para se tornar condição obrigatória no financiamento de projetos de mineração. Em palestra no evento da Brasil Mineral, **José Ricardo Thibes Pisani**, head de exploração mineral da Prisma Capital e vice-presidente da Comissão Brasileira de Recursos e Reservas (CBRR), afirmou que projetos tecnicamente sólidos estão sendo descartados por fundos de investimento devido a riscos socioambientais mal equacionados. A percepção de risco

associada a conflitos comunitários pode elevar em até 10% o custo de financiamento, comprometendo significativamente o valor presente líquido dos empreendimentos.

O projeto precisa estar "envelopado"

Com mais de 35 anos de experiência no setor mineral, José Ricardo Thibes Pisani trouxe uma perspectiva prática sobre o que separa projetos que conseguem financiamento daqueles que permanecem estagnados. Para ele, a recorrente pergunta em

grupos do setor — "por que são sempre as mesmas empresas que conseguem atrair investidor?" — tem resposta direta: organização e conformidade em múltiplas dimensões.

"O projeto tem que estar muito bem envelopado. Então começa com projeto bom, mas um projeto bom não é suficiente pra atrair o investidor", afirmou. Além dos requisitos técnicos tradicionais — dados geológicos, estimativas de recursos, engenharia de processo, infraestrutura, análises de mercado e projeções de CAPEX e OPEX —, existe hoje um conjunto de fatores que funcionam como "deal breakers", capazes de inviabilizar negociações mesmo quando os fundamentos técnicos são sólidos.

Na visão do palestrante, a questão socio-ambiental atingiu tal nível de maturidade

que deixou de figurar entre as preocupações explícitas dos executivos simplesmente porque se tornou pressuposto básico. "Se você não estiver protegido com esse guarda-chuva, não vai conseguir atrair qualquer tipo de investimento", destacou, mencionando que isso vale independentemente da modalidade de captação — seja IPO, empréstimo bancário ou fundos do BNDES.

O paralelo com o escândalo Bre-X

José Ricardo Tibes Pisani traçou um paralelo histórico para ilustrar como determinadas exigências se incorporam definitivamente às práticas do setor. Na década de 1990, após o escândalo Bre-X — fraude envolvendo reservas de ouro na Indonésia que abalou mercados globais —, a certificação

Caretagem dos Amaros

Para a **Kinross**, estar presente em um território significa **construir oportunidades de um futuro melhor com diálogo e parceria.**

Acreditamos na importância da **educação e da cultura como pilares transformadores** do amanhã.

É por meio do apoio a iniciativas como a **Caretagem**, uma das mais importantes **manifestações culturais tradicionais das comunidades quilombolas de Paracatu (MG)**, que damos vida ao nosso valor de **Cidadania Corporativa Exemplar.**

É hoje que, **juntos,**
transformamos
o amanhã.



José Ricardo Thibes Pisani

de recursos minerais por profissionais qualificados e dentro de normas internacionais tornou-se mandatória. Hoje, essa exigência está tão internalizada que projetos sem dados organizados conforme padrões aceitos internacionalmente sequer são analisados.

"Se você chegar hoje em um fundo com projeto do qual não tem os dados organizados que permitam, no mínimo, avaliar dentro do padrão que é aceito internacionalmente, o fundo nem olha, já vai para o dead deal, de cara", explicou o executivo da Prisma Capital.

O mesmo processo de incorporação está ocorrendo com as questões socioambientais. A diferença é que, enquanto a certificação técnica de recursos é verificável por documentação, a gestão social demanda avaliação mais complexa e contínua.

Não basta estar legal, é preciso "se mostrar legal"

Um dos pontos centrais da apresentação foi a distinção entre conformidade documental e legitimidade perante as comunidades. José Ricardo Thibes Pisani utilizou

uma expressão corrente na Prisma Capital para sintetizar essa diferença: "Não é só a questão de você estar legal, você tem que se mostrar legal também."

Possuir autorizações de órgãos ambientais não garante imunidade contra protestos ou interrupções operacionais. "Se você não tiver confiança que aquele papel é só mais um papel e amanhã, de qualquer forma, aquele papel não vai barrar um protesto na porta do seu empreendimento, do seu projeto, ele não vai avançar", afirmou.

Essa análise de risco social deve contemplar três dimensões temporais: o passado (histórico de relacionamento com a comunidade), o presente (situação atual das relações) e, principalmente, o "day after" — ou seja, quais ações serão necessárias para manter a situação sob controle ao longo da vida útil do projeto. Esses elementos precisam estar incorporados às projeções econômicas, sob pena de comprometer as estimativas de retorno.

Impacto financeiro concreto

José Ricardo Thibes Pisani apresentou dados de estudos internacionais que quantificam o impacto da gestão social no custo de capital. Projetos bem estruturados, com licença social para operar, podem ter custo de financiamento entre 6% e 10% inferior a projetos com deficiências nessa área. "Isso pode representar mais de 30, 40% do teu VPL, se você aumentar 5, 6% na taxa de desconto do seu projeto", calculou.

O executivo também mencionou que a Prisma Capital tem recusado projetos tecnicamente promissores devido a riscos socioambientais. "A gente tá abrindo mão de alguns projetos muito interessantes que

a gente sabe que tem ali dinheiro na mesa, ou seja, se você investir, cê vai ter retorno do investimento, mas não avança porque o risco ele aumenta muito", revelou.

Além das questões socioambientais, José Ricardo Thibes Pisani destacou outros fatores que hoje compõem a análise de risco: compliance, conhecimento sobre os parceiros de negócio ("know your partner") — especialmente relevante diante de escândalos recentes no mercado financeiro — e valuations realistas. Propostas com avaliações infladas, como "direito mineral sem furo de sonda valendo um bilhão de dólares", chegam diariamente e são imediatamente descartadas.

Monitoramento dinâmico e contínuo

O palestrante ressaltou que a gestão social não pode ser estática. Empreendimentos minerais frequentemente modificam seu entorno ao longo do tempo, criando comunidades que não existiam no início das operações. "Se o teu empreendimento é de longo prazo e é um empreendimento sério, você vai criar uma comunidade ao redor do seu empreendimento que não

estava lá no começo", observou.

José Ricardo Thibes Pisani citou o Quadrilátero Ferrífero como exemplo de situação complexa, onde a proximidade de operações minerais com áreas urbanas representa o que ele chamou de "bomba-relógio ativada", demandando monitoramento constante. Também mencionou casos internacionais, como o de uma operação na Austrália interrompida por invasão de caverna histórica, para ilustrar como falhas na gestão socioambiental geram custos de imagem, reputacionais e financeiros.

O executivo encerrou sua apresentação reforçando que, no atual ambiente de investimentos, a hierarquia de prioridades coloca a preservação do capital à frente dos ganhos. "Prioridade um, não perder dinheiro; prioridade dois, não perder dinheiro; prioridade três, não perder dinheiro; prioridade quatro, não perder dinheiro. A partir da prioridade cinco, é ganhar dinheiro", resumiu, concluindo que a questão social constitui hoje um "alicerce para a viabilidade financeira" de qualquer projeto mineral. 



Comunidades no coração do nosso projeto

A Consulta Livre, Prévia e Informada desenvolvida pela PLS junto à comunidade tradicional quilombola de Olaria Bagres tornou-se um case de Justiça Climática apresentado na COP30 e reconhecido como boa prática pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais.



PALESTRA

PROJETOS COLABORATIVOS ENTRE EMPRESAS E ENTES PÚBLICOS PARA BENEFICIAR SEGURANÇA E BEM-ESTAR DAS COMUNIDADES: USINAS DA PAZ

Apresentado por **Aldo Almeida**, da Hydro, o modelo das Usinas da Paz combina investimento privado, gestão pública e participação comunitária para ampliar serviços gratuitos em áreas de alta vulnerabilidade. A iniciativa, segundo o palestrante, mostra que segurança pública também se constrói com educação, cultura, esporte, qualificação e presença contínua do Estado.

Um modelo de colaboração contra a vulnerabilidade

Em territórios marcados pela vulnerabilidade social e, em alguns casos, pela pre-

sença do crime organizado, as Usinas da Paz foram apresentadas como uma resposta que vai além da segurança pública tradicional. O modelo combina poder público, iniciativa privada e comunidade na implantação de centros comunitários de grande porte, voltados a bairros populosos e carentes, com oferta contínua de serviços gratuitos.

Na palestra “Projetos colaborativos entre empresas e entes públicos para beneficiar segurança e bem-estar das comunidades: Usinas da Paz”, Aldo Almeida, da Hydro, destacou que a principal lição do progra-

11º MINERAÇÃO &/X COMUNIDADES

ma está na colaboração. “Não adianta só a empresa querer mudar o mundo porque ela não vai conseguir se realmente ela não tiver lado a lado com o Estado”, afirmou. Para ele, desafios sociais complexos exigem soluções integradas: empresas, governos e comunidades não podem atuar como “ilhas”, sob pena de produzir resultados limitados.

As unidades foram implantadas em áreas que demandavam uma presença estatal mais efetiva e positiva. Segundo Almeida, a Hydro construiu três complexos em bairros com cerca de 100 mil habitantes cada, alcançando diretamente 300 mil pessoas. A companhia também entregou outras quatro unidades em municípios onde mantém operações, ampliando o alcance

do programa e gerando valor compartilhado para comunidades e empregados que vivem nessas localidades.

Da construção à operação

O funcionamento das Usinas da Paz foi descrito por Almeida como um dos pilares do êxito da iniciativa. A divisão de responsabilidades é objetiva: o município doa o terreno, a empresa parceira financia, constrói e entrega o complexo equipado, e o governo estadual assume a gestão e a operação permanente. “O município doa o terreno onde vai ser construído, o empreendedor constrói tudo, equipa tudo, entrega, e o Estado opera”, detalhou.

A entrega, ressaltou o palestrante, não se limita à obra civil. As empresas equipam

1 ANO

UM LEGADO
EM CONSTRUÇÃO

O Instituto AngloGold Ashanti completa seu primeiro ano. Um ciclo dedicado à construção de um legado que respeita o passado, valoriza o presente e projeta o futuro. Por meio de ações nas áreas de cultura, meio ambiente e desenvolvimento social, o Instituto fortalece sua atuação nas comunidades onde a AGA está presente.



CONHEÇA
MAIS
SOBRE
O INSTITUTO.


ANGLOGOLD
ASHANTI
INSTITUTO





Aldo Almeida

as instalações com itens necessários à programação prevista: instrumentos musicais, equipamentos de robótica, materiais esportivos, cozinhas industriais para cursos de culinária, livros para bibliotecas e outros recursos. A partir daí, o poder público organiza a oferta de mais de 70 serviços gratuitos, com a participação de diferentes áreas da administração, que destinam equipes para atuar nos espaços.

De acordo com Almeida, a meta original era chegar a 44 usinas. A gestão atual deve concluir 29 unidades, já em operação, das quais sete foram construídas pela Hydro. As estruturas funcionam durante toda a semana. De segunda a sexta-feira, recebem atividades programadas; aos sábados e domingos, áreas de lazer, como piscinas e quadras, ficam disponíveis para uso da comunidade.

Esse desenho contribuiu para criar senso de pertencimento. “As pessoas realmente se engajaram, entendem que aquilo é um patrimônio delas, então elas cuidam”, relatou Almeida. Para ele, a apropriação comunitária é essencial para preservar os

equipamentos e sustentar o impacto social do programa ao longo do tempo.

Segurança com presença social

O efeito mais expressivo apresentado por Almeida está na segurança. Com base em dados públicos, ele afirmou que, na comparação com 2019, adotado como linha de base, os territórios atendidos pelas Usinas da Paz registraram redução de até 95% nos crimes violentos. O resultado, segundo o executivo, decorre de uma mudança na forma como o Estado se faz presente.

“O Estado se faz muito presente, de uma maneira não com a força policial, porque só a força policial não resolve, mas ela está presente de uma forma que ela antecipa aquele jovem que poderia entrar pra criminalidade”, explicou. A lógica é oferecer alternativas concretas antes que a vulnerabilidade se converta em trajetória de exclusão: educação, esporte, cultura, qualificação profissional, serviços de cidadania e espaços seguros de convivência.

O palestrante também observou que o respeito aos equipamentos é reforçado pelo uso amplo das estruturas. Mesmo pessoas ligadas a atividades ilícitas, disse ele, frequentam os espaços ou têm familiares atendidos pelos serviços. Isso cria uma proteção informal ao patrimônio e reforça a percepção de que as usinas pertencem à própria comunidade.

Além da redução da criminalidade, Almeida citou impactos em educação, com cursos técnicos e de robótica; em empreendedorismo, com apoio a pequenos negócios; e em cidadania, ao permitir

que moradores de áreas periféricas e rurais se sintam vistos e atendidos pelo poder público. O ponto central, na avaliação dele, é que a segurança melhora quando a população passa a ter acesso regular a oportunidades e serviços.

Empresa como catalisadora

Almeida fez questão de delimitar o papel da iniciativa privada. A empresa pode integrar atores, acelerar soluções e aportar capacidade de execução, mas não deve substituir o poder público. “A empresa não pode achar que vai substituir o Estado porque ela vai falhar nisso. O papel da empresa é o quê? É fazer essa integração, é investir”, afirmou.

Nesse arranjo, a companhia contribui com gestão de projetos, eficiência na aplicação de recursos e agilidade na entrega das estruturas. A política, porém, permanece pública — e deve continuar sob responsabilidade do Estado. Para o palestrante, a governança é decisiva para controlar custos, cumprir cronogramas,

enfrentar desafios de implantação e direcionar melhor os investimentos a partir de dados.

A perenidade também foi apresentada como condição para o sucesso. Segundo Almeida, o programa foi transformado em política de Estado, o que ajuda a assegurar continuidade para além de uma gestão específica. Sem essa blindagem institucional, advertiu, os resultados de uma iniciativa complexa e de longo prazo ficariam mais vulneráveis à descontinuidade.

Ao final, a mensagem foi de que a transformação social exige corresponsabilidade. “Se a gente tem a união do ente privado, do ente público, com a participação das comunidades, realmente temos a transformação de realidades”, concluiu Almeida. Nas Usinas da Paz, essa união se materializa em espaços que combinam serviço público, convivência e oportunidade — e que reposicionam a segurança como consequência de presença, cuidado e desenvolvimento. □



Elevando potencial a resultado.

Do conhecimento geológico à tomada de decisão estratégica.

Declaração de Recursos e Reservas Minerais (JORC, NI 43-101, S-K 1300, CBRR)

Geological opinion, exploração mineral, QA/QC e controle de amostragem

Assessoria em M&A, valuation, auditorias e due diligence

AI, GIS, ESG e VR

11 GE21
Anos Consultoria Mineral



 www.grupoge21.com +55 (31) 3327-4211

 www.ge21ar.com +54 11 4811-4714



Foto: Léo Fortes

PAINEL

PROGRAMAS DE APOIO E FORTALECIMENTO DOS MUNICÍPIOS

A sustentabilidade dos municípios mine-radores depende de programas capazes de preparar o território para além da vida útil da mina. No painel “Programas de Apoio e Fortalecimento dos Municípios”, representantes de Integratio, SEMAD/GO, Lundin e ANM defenderam planejamento de longo prazo, responsabilidade compartilhada e mecanismos de acompanhamento que permitam medir resultados, e não apenas registrar ações executadas.

A dependência econômica de municípios em relação à mineração e a capacidade de sustentar o desenvolvimento após o fechamento

de uma mina orientaram o painel “Programas de Apoio e Fortalecimento dos Municípios”. Mediado por **Arão Portugal**, o debate reuniu **Isadora Castro**, **Dagmar Amsberg**, **Josielle Padilha Silvestre** e **José Fernando Gomes** em torno de uma questão central: como transformar a presença de um empreendimento mineral em legado territorial, e não apenas em crescimento temporário.

A pergunta que sintetizou o desafio foi apresentada por Isadora Castro, da Integratio: “Se amanhã o empreendimento não existir mais, o município tem condição de seguir em frente?”. Para ela, a resposta depende



Arão Portugal

de programas estruturados durante toda a vida útil do projeto, com metas, governança e articulação entre empresa, poder público e sociedade.

Isadora relatou a concepção de uma metodologia voltada ao apoio e fortalecimento municipal, criada em 2022, inicialmente para atender a condicionantes de licenciamento. O que nasceu como exigência formal, afirmou, ganhou outra dimensão ao ser tratado como instrumento de planejamento. “Entendemos que o programa não é só um relatório para cumprir condicionante, para protocolar no

órgão, mas sim uma importante ferramenta de gestão territorial”, disse.

Segundo Isadora, a metodologia se organiza em quatro frentes integradas: articulação institucional, desenvolvimento de fornecedores locais, capacitação e contratação de mão de obra e fortalecimento econômico municipal. A lógica é ampliar a capacidade do território para aproveitar oportunidades abertas pela mineração e, ao mesmo tempo, reduzir a dependência exclusiva da atividade. Nesse sentido, iniciativas em áreas como agricultura, turismo e serviços podem compor uma estratégia de diversificação produtiva.

O principal obstáculo, avaliou, está no engajamento efetivo dos atores envolvidos. O programa perde força quando é visto apenas como custo ou como obrigação documental. Isadora também ressaltou que a empresa não pode substituir a gestão pública. “Se o único a atuar para o desenvolvimento for o empreendimento de mineração, infelizmente nós não teremos resultados”, alertou.

Pelo olhar do licenciamento, Dagmar Amsberg, da SEMAD/GO, reforçou que programas dessa natureza ajudam a qualificar a

Consultoria

Gestão Socioambiental Integrada

ESG

Consultoria Referência em Gestão Socioambiental Integrada

A Clam antecipa riscos socioambientais críticos ao negócio, integrando ESG, direitos humanos e governança à tomada de decisão corporativa, com metodologia própria e foco na continuidade operacional e na geração de valor para os territórios.

- ESG e Desenvolvimento Territorial
- Gestão de Riscos Socioambientais
- Segurança da Comunidade
- Due Diligence em Direitos Humanos
- Gestão de Crise e Diálogo Social
- Atuação com Povos Indígenas
- Atuação com Comunidades Tradicionais
- Estratégia e Projetos de Patrimônio Cultural
- Licenciamento Social e Arqueológico
- Gestão Social e Arqueológica



Fale com nossos Consultores de Desenvolvimento de Negócios:



clam.com.br

+55 (31) 3048-2000



Isadora Castro

análise dos impactos socioeconômicos de grandes projetos. Para ela, é essencial distinguir expansão econômica de desenvolvimento territorial. “Crescer população, crescer serviços, crescer cadeia produtiva, não é igual a desenvolvimento do município, o desenvolvimento local”, pontuou.

Dagmar afirmou que o licenciamento deve funcionar como espaço de pactuação sobre o futuro do território. Na prática, isso significa discutir, desde a implantação, quais capacidades locais precisam ser fortalecidas e quais resultados se espera alcançar ao longo do tempo. O desafio, reconheceu, é passar da



Dagmar Amsberg

comprovação de atividades realizadas para a avaliação de efeitos concretos. Em outras palavras, não basta verificar se oficinas, reuniões ou planos foram executados; é preciso saber se eles contribuíram para aumentar renda, qualificação, capacidade institucional e autonomia econômica.

Para avançar nessa agenda, a SEMAD/GO tem promovido discussões técnicas e grupos de trabalho multidisciplinares, com participação de diferentes segmentos. O objetivo é construir uma base de indicadores e métricas que permita avaliar de forma mais consistente a contribuição desses programas ao desenvolvimento territorial. A construção de parâmetros, segundo Dagmar, é decisiva para evitar que o tema fique restrito a boas intenções ou a relatórios de cumprimento formal.

Josielle Padilha Silvestre, da Lundin, apresentou a perspectiva do empreendedor e destacou que muitas ações sociais e econômicas já existiam, mas passaram a ganhar maior coerência quando organizadas em um programa. A sistematização, afirmou, permite alinhar prioridades, definir responsabilidades e acompanhar resultados. Para ela, a escuta das comunidades é condição para que as iniciativas façam sentido no território. “O empreendedor tem que estar aberto a entender as expectativas da comunidade e estar disposto a mudar as nossas práticas diante da opinião da comunidade”, disse.

Como exemplo, Josielle citou uma iniciativa de desenvolvimento de fornecedores, desenhada com apoio de um comitê que envolveu prefeituras, associações comerciais e a empresa. A partir desse diálogo, foram adotadas medidas para facilitar a participa-



Josielle Padilha Silvestre

ção de negócios locais, incluindo condições de pagamento mais adequadas e melhorias logísticas. A proposta, explicou, é reduzir barreiras de acesso e permitir que fornecedores do entorno participem de forma mais competitiva da cadeia da mineração.

Josielle também respondeu à crítica de que a mineração não gera desenvolvimento duradouro ao apresentar indicadores associados ao município onde a operação está inserida. Segundo ela, o IDH local passou de 0,557 antes da mineração para 0,719 em 2010, alta de 29%, acima das médias estadual e nacional. Em índice social mais recente, acrescentou, o município aparece entre os dez primeiros do estado. Para Josielle, os números não eliminam os desafios, mas mostram que planejamento e integração podem produzir ganhos mensuráveis.

Dando a visão da ANM, José Fernando Gomes afirmou que o regulador está cada vez mais atento ao legado da mineração. Ele observou que a atuação institucional não pode se limitar à fiscalização e à arrecadação, ainda que esses pontos sejam relevantes. Ao avaliar novos projetos, disse, é preciso questionar o

que ficará para as comunidades ao longo e depois da operação.

“Isso pra mim [a CFEM] é importante, mas não significa tudo. Isso é a obrigação. Quero saber quando chegar lá, naquele município (...) quantos empregos locais se vai gerar? Qual a qualificação que se vai fazer? Quantas empresas locais se está contratando pra gerar desenvolvimento local naquela região?”, declarou José Fernando.

Ele acrescentou que a ANM busca ampliar o diálogo com a sociedade e os empreendedores, além de investir em sistemas que deem mais clareza e agilidade às informações. A intenção, afirmou, é contribuir para que os benefícios da atividade mineral sejam percebidos de forma efetiva pela população dos municípios.

Ao final, o painel apontou convergência: ações isoladas e assistencialistas já não respondem à complexidade dos territórios mineradores. O fortalecimento municipal exige estratégia, continuidade, cooperação e métricas capazes de demonstrar resultados. Mais do que cumprir condicionantes, trata-se de preparar o território para que o desenvolvimento não termine junto com a mina. □



José Fernando Gomes



Foto: Léo Fortes

Mesa-redonda foi mediada por Maria Amélia Enriquez (primeira à esquerda)

MESA REDONDA

ESSES CASES DEMONSTRAM QUE O ESG RESOLVE O X DA QUESTÃO?

A mesa redonda com os vencedores da segunda edição do Prêmio Mineração & Comunidades evidenciou um padrão comum entre os projetos premiados: todos partiram de processos de escuta ativa junto às comunidades do entorno das operações. Conduzida por **Maria Amélia Enriquez**, a mesa-redonda reuniu representantes de CBA, Lundin Mining, CMOC Brasil, Mosaic e Galvani para discutir como iniciativas corporativas podem gerar valor

social sem se confundir com políticas públicas. Os casos apresentados abrangem desde adaptação climática municipal até educação antirracista em comunidades quilombolas, passando por atendimento de saúde itinerante e apoio à agricultura familiar.

"O ESG não morreu; está mais vivo do que nunca." A frase, dita pela coordenadora de sustentabilidade da CBA, **Lígia de Lima Carvalho**, na mesa-redonda que se seguiu à premiação, dá o tom da segunda edição



Lígia de Lima Carvalho

do Prêmio Mineração & Comunidades. Em um momento em que a sigla é questionada mundo afora, os cinco projetos vencedores ofereceram o tipo de resposta que dispensa retórica — e que o próprio painel resumiu em uma pergunta: esses cases demonstram que o ESG resolve o "X da questão"?

Criado há dois anos como desdobramento do tradicional seminário, o prêmio reconhece gestores responsáveis por projetos socioambientais, culturais e educativos no entorno de operações de mineração, distribuídos em cinco categorias. Foram algumas dezenas de trabalhos inscritos e uma avaliação que virou estatística: o conselheiro e jurado Arão Portugal contabilizou cerca de 1.500 minutos de análise e 500 páginas de leitura, com decisões definidas, em vários casos, por um único ponto. "Todos os finalistas devem se sentir premiados, porque

todos os trabalhos tiveram muita qualidade", afirmou. A seguir, os cinco vencedores.

"Saúde na Roça" leva atendimento itinerante ao interior de Goiás

Categoria: Responsabilidade socioambiental participativa — CMOC Brasil, de Davidson Miranda (responsável técnico)

Em Catalão e Ouidor (GO), a cobertura de saúde básica existe, mas esbarra em um detalhe da realidade local: boa parte das 15 comunidades atendidas pela CMOC Brasil é formada por idosos, com dificuldade de locomoção para chegar a uma consulta ou a um hospital. Foi esse diagnóstico, somado à escuta das comunidades, que deu origem ao Saúde na Roça.

O projeto leva atendimento médico e odontológico itinerante diretamente à população. A partir de uma anamnese inicial, faz o mapeamento dos casos e os encaminha ao atendimento especializado — etapa em que a Secretaria de Saúde entra para facilitar o acesso. A construção foi feita a várias mãos: a empresa sentou-se com o secretário municipal de Saúde para definir onde poderia contribuir sem se confundir com a política pública.

Hoje com indicadores mensurados e forte engajamento da população, o programa estuda expandir-se para outros municípios e até para outras empresas. "Deixar legado é transformar a vida das pessoas", resumiu **Flávia de Paula Adorno**, gerente sênior de ESG e licenciamento da CMOC. "A comunidade só entende a presença da empresa se sentir que a vida dela mudou." Para ela, o Saúde na Roça virou "a menina dos olhos" da companhia.

“AGP Clima” transforma adaptação climática em política pública

Categoria: Comunicação, relacionamento e engajamento — CBA, de Daniele Pedrosa (responsável técnica)

Quando construiu o próprio plano de adaptação às mudanças climáticas, a CBA fez uma pergunta simples: por que não levar esse conhecimento aos municípios onde opera? Nasceu daí o AGP Clima, parte da linha Apoio à Gestão Pública (AGP) da empresa.

Trata-se de um programa estruturante, de quatro anos, que capacita Defesa Civil e secretarias municipais — de Meio Ambiente a Assistência Social, Direitos Humanos e Saúde — em governança de adaptação. Ele integra a plataforma Iniciativa Ação Climática, cujo primeiro pilar é um Índice de Vulnerabilidade Climática dos Municípios (IVCM), público e disponível para todos os municípios brasileiros, que cruza riscos como enchentes, deslizamentos, enxurradas, incêndios, inviabilidade agropecuária e ameaças à saúde. Um segundo pilar é um checklist que ajuda o gestor público a identificar as competências a desenvolver, do planejamento financeiro à governança de dados.

A lógica de negócio é explícita. "Fortalecendo a resiliência do município, eu fortaleço a minha operação", disse Lígia de Lima Carvalho, coordenadora de sustentabilidade da CBA. "Não vou ter a interrupção de um caminhão no transporte de um insumo ou de um produto". Em implantação desde 2024 — começou em Muriaé (MG) e Juquitiba (SP) e hoje alcança seis municípios, até Piraju e Alumínio (SP) —, o programa foi

incorporado ao framework de captação financeira da companhia: há um empréstimo atrelado à sua expansão, com desconto na taxa em caso de cumprimento de metas.

“Desenvolvimento Rural” fixa as famílias no campo, no entorno da Mina Chapada

Categoria: Desenvolvimento, cidadania e gestão de renda — Lundin Mining, de Josielle Padilha Silvestre (responsável técnica)

Em vez de olhar apenas para a mina, a Lundin Mining apostou na diversificação produtiva do território vizinho à Mina Chapada (GO). Identificadas a agricultura e a pecuária como potencialidades da região — e atendendo a um pedido das próprias comunidades —, a empresa criou, em 2019, o Programa Desenvolvimento Rural.

O modelo é direto: uma assessoria técnica rural visita as propriedades, identifica necessidades de produtividade, qualidade de vida e sustentabilidade, e acompanha cada propriedade mapeada por três anos seguidos. As entregas vão de currais e melhoria de pastagem a acesso à água e energia solar para a ordenha. "Em hipótese



Flávia de Paula Adorno

nenhuma repassamos dinheiro: entregamos sempre serviços e materiais", explicou a coordenadora de performance social, Josielle Padilha Silvestre. A construção de confiança é parte do método — segundo ela, o contato próximo da equipe com o dia a dia dos produtores agrega valor à vida das famílias.

O caso ilustra também a fronteira entre obrigação e iniciativa: criado a partir da escuta, o programa só se tornou condicionante na renovação da licença, em 2022 — o caminho inverso ao de boa parte dos projetos premiados. Os próximos passos podem incluir a estruturação de uma cadeia que ajude os produtores, hoje voltados sobretudo ao gado de corte, a produzir e vender mais.

"Projeto Raízes" resgata a identidade afro-indígena em escola quilombola da Bahia

Categoria: Resgate e valorização de culturas e tradições — Galvani, de Ariana Prado (responsável técnica)

O projeto mais delicado da noite, no dizer dos jurados, nasceu em uma escola quilombola em processo de fechamento, na zona rural de Irecê (BA). Com alta evasão e baixa autoestima de uma comunidade marcada por estereótipos — "ser do campo já é motivo de estereótipos, e ser quilombola dobra isso", observou **Arnobson dos Santos Costa**, presidente do Instituto Ser-Tão, parceiro da Galvani —, faltava à escola algo básico: reconhecer o próprio valor.

O Projeto Raízes: Histórias, Memórias e Identidades Afro-indígenas atacou uma lacuna concreta do ensino brasileiro. Em um estado em que 80% da população é



Josielle Padilha Silvestre

autodeclarada negra, as escolas carecem de literatura negra e de formação docente para uma educação antirracista. O projeto levou livros, instrumentos musicais e vestimentas de tecidos africanos, oficinas com crianças e formação de professores. Começou em três escolas, com mais de 150 alunos e 60 professores; em sua segunda edição, já dentro da Secretaria de Educação, envolve mais de 70 profissionais e alcança diretamente mais de 1.500 alunos.

O diferencial, porém, está na governança. Arnobson, que era diretor da escola quando a Galvani chegou e hoje coordena políticas de equidade étnico-racial na Secretaria de Educação, conta que a parceria ajudou o município de Irecê a obter boa avaliação do MEC nessas políticas — e que a escola venceu o Prêmio Luz na Educação, da Rede Globo, com participação direta da empresa. "Quando se promove o resgate da história, da memória e da identidade, ninguém mais tira", afirmou.

11º MINERAÇÃO &/X COMUNIDADES



Arnobson dos Santos Costa

"Sala de Acomodação Sensorial" acolhe estudantes neurodivergentes em Uberaba

Categoria: Respeito e harmonia com comunidades — *Mosaic*, de Thaís de Oliveira Alves González (responsável técnica)

A iniciativa mais inesperada partiu de uma conversa. Em uma escola de Uberaba

(MG) que já recebia um programa de hortas acessíveis da Mosaic, em ambiente de alta vulnerabilidade social, a direção relatou a dificuldade de acolher crianças neurodivergentes sem um espaço adequado para que se regulassem em momentos de crise. Embora estivesse fora do escopo de uma empresa de fertilizantes, a demanda foi levada a sério.

Resultado: a Sala de Acomodação Sensorial, implantada na rede pública de ensino. O projeto exigiu da empresa estudar um tema novo, buscar parceiros técnicos especializados — para garantir um espaço inclusivo, e não excludente — e treinar profissionais tanto no cuidado com os equipamentos quanto no acolhimento socioemocional dos alunos. "Não adianta dizer que estamos escutando e permanecer com a agenda fechada, sem flexibilidade", disse a especialista de projetos sociais **Thaís de Oliveira Alves González**.





Thaís de Oliveira Alves González

Construída em conjunto com a escola e a Secretaria de Educação — que aderiu de portas abertas — e mantida sob termos firmados entre as partes, a sala já é replicada em Paranaguá (PR) e Cajati (SP). O efeito demonstração é tangível: ao verem a divulgação nas redes da Mosaic, outras comunidades passaram a pedir um espaço igual.

O case que convence o "não convertido"

Reunidos em uma mesa-redonda mediada pela economista e jurada Maria Amélia Enríquez — que lembrou que "a atividade mineral é temporária no território; a comunidade é permanente" —, os vencedores foram desafiados a responder à pergunta que mais incomoda os pragmáticos. Levantada pela conselheira Vânia Andrade, ela ganhou contornos de provocação na voz da própria moderadora: "Em Deus eu acredito; o resto tem que mostrar números".

Os exemplos vieram. **Josielle Padilha Silvestre** contou o caso de uma estrada de acesso que acumulava reclamações: bastou levar o gerente de operação para conversar diretamente com um morador

para que o problema fosse resolvido. "No ano anterior, tínhamos nove reclamações recorrentes sobre o mesmo tema. Depois dessa visita, não tivemos mais nenhuma." O indicador, lembrou ela, integra a licença social — e, no fim, afeta o resultado. Na CBA, a pressão positiva vem também dos clientes: um grande comprador de folhas para embalagens avalia direitos humanos e relacionamento com a comunidade como parte da nota de fornecedor.

Mais difícil de monetizar, mas decisivo, é o engajamento interno. As empresas foram unânimes: o desafio maior, muitas vezes, é convencer engenheiros e equipes de operação. A Galvani reforçou seu programa de visitas para aproximar o pessoal técnico das comunidades vizinhas; a Mosaic leva executivos a campo no que chama de Social Experience. E todas convergiram sobre o papel da comunicação — de boletins comunitários a vídeos e ações com a imprensa local. "Se não conseguimos mostrar o que fazemos, as pessoas não sabem", resumiu Flávia de Paula Adorno.

Ao fim, o diretor editorial da revista Brasil Mineral, Francisco Alves, anunciou que os 15 trabalhos finalistas nas cinco categorias integrarão a edição especial com a cobertura completa do evento. Como sintetizou Maria Amélia Enríquez, "as boas iniciativas merecem ser replicadas e publicizadas". □





PAINEL ESG

INSTITUTOS E FUNDAÇÕES SÃO O DIFERENCIAL PARA O ESG NA PRÁTICA?

Representantes de institutos e fundações ligados ao setor mineral defenderam que essas estruturas permitem uma atuação social mais efetiva e duradoura do que áreas internas das empresas. O painel "Institutos e Fundações são o diferencial para o ESG na prática?", realizado no evento Mineração e Comunidades da Brasil Mineral, reuniu organizações com perfis distintos — desde a Fundação Gorceix, com 66 anos, até o Instituto AngloGold Ashanti, criado há pouco mais de um ano. Os participantes destacaram legitimidade institucional, capacidade de

estabelecer parcerias estratégicas, visão de longo prazo e governança rigorosa como diferenciais para a execução de projetos sociais em territórios minerários.

Entre dor e legado: a origem das organizações

A moderadora **Rosane Santos** abriu o debate questionando os painelistas sobre a necessidade que motivou a criação de suas respectivas instituições. As respostas revelaram trajetórias diversas, mas com pontos de convergência.

Bárbara Azevedo, diretora executiva do Instituto Lina Galvani, explicou que a



Rosane Santos

organização surgiu há 23 anos não de uma dor, mas de uma intenção de legado. "Ela não ficava restrita apenas aos territórios diretos do entorno, mas olhava para outros territórios também que tinham algum tipo de relacionamento com o desenvolvimento dos territórios", afirmou. Segundo ela, o instituto nasceu para complementar o trabalho da empresa com metodologias próprias, como terapia comunitária.

Fernando Cláudio, diretor do Instituto AngloGold Ashanti, destacou que a organização foi criada para garantir continuidade aos projetos sociais após o encerramento das operações minerárias. "A gente tem uma clareza muito grande do tempo restrito que a mineração tem como atividade, mas o desenvolvimento social, o desenvolvimento de uma região, precisa muito ser trabalhado durante o período de operação", declarou. Para ele, o instituto representa "a mineração para além da mineração".

Antônio Chaves, diretor-presidente da Fundação Victor Dequech, contextualizou que a entidade foi constituída para perpetuar práticas sociais que o fundador da Ge-

osol, Victor Dequech, já realizava quando a empresa era pequena. Com o crescimento da companhia para mais de 4 mil colaboradores, a fundação passou a garantir que esse DNA social fosse preservado. "A gente não substitui a empresa, mas complementa", sintetizou.

O professor **Cristóvam Paes de Oliveira**, presidente executivo da Fundação Gorceix, apresentou a história da instituição criada em 1960 para apoiar a Escola de Minas de Ouro Preto. "Eu acho que nós somos a primeira, se não formos a primeira somos uma das primeiras fundações de apoio a uma instituição de ensino superior no Brasil", afirmou. A fundação atua em três vertentes: assistência social, pesquisa científica e tecnológica, e apoio à Universidade Federal de Ouro Preto.

O que institutos e fundações fazem que empresas não podem

Os painelistas foram questionados sobre as atividades exclusivas de suas organi-



Bárbara Azevedo



Fernando Cláudio

zações que não poderiam ser executadas diretamente pelas empresas. As respostas evidenciaram diferenças importantes entre os modelos jurídicos.

Antônio Chaves foi direto ao apontar restrições legais. "Uma empresa não pode desempenhar programas de inclusão produtiva, por exemplo. Primeiro precisa não ter fim lucrativo para que se faça isso, por questões legais", explicou. Ele citou que a Fundação Victor Dequech mantém a única escola de sondagem do Brasil, podendo emitir certificados de capacitação — algo vedado a uma empresa de pesquisa mineral.

Bárbara Azevedo ressaltou a questão da legitimidade. "A gente tem uma obrigatoriedade, sim, de prestar contas. No final do dia, sendo investimento social privado ou sendo filantropia, é um dinheiro privado que é decidido ser colocado em benefício público", afirmou. Ela destacou que o Instituto Lina Galvani criou um comitê de sinergia para definir claramente os limites de atuação entre o instituto e a área de responsabilidade social da empresa.

Fernando Cláudio enfatizou a facilidade

de estabelecer parcerias. "O instituto consegue se posicionar de uma forma melhor nesse contexto do que uma mineradora. A facilidade do instituto em estabelecer parcerias com o poder público, com outras empresas, instituições do terceiro setor, esse é um valor muito grande", argumentou.

Governança e prestação de contas

A discussão sobre governança revelou diferenças entre fundações e institutos. Cristóvam Paes de Oliveira explicou que a Fundação Gorceix é totalmente autônoma e não está ligada gerencialmente à Universidade Federal de Ouro Preto. "Nós somos auditados pelo Ministério Público, além das auditorias internas, dos nossos conselhos, da nossa Controladoria", detalhou.

Bárbara Azevedo esclareceu que, nos institutos, a situação é mais difusa. "Várias vezes o trabalho do instituto acaba se confundindo com o trabalho da área de responsabilidade social corporativa ou de relacionamento com comunidades", admitiu. Para mitigar essa sobreposição, ela defendeu a importância de conselhos com membros



Antônio Chaves



Cristóvam Paes de Oliveira

independentes e processos de diagnóstico participativo com as comunidades.

A questão da adaptação às mudanças sociais também foi abordada. Antônio Chaves explicou que uma fundação não pode mudar sua finalidade, mas pode atualizar a forma de cumpri-la. "Nosso estatuto tem cinco revisões. Ele está bem atual para a necessidade de hoje e continua com as mesmas finalidades", disse, descrevendo isso como "o equilíbrio entre essência e forma".

Modelos de sustentabilidade e independência

Uma participante da plateia questionou como garantir a continuidade dos institutos após o eventual encerramento das operações minerárias. Fernando Cláudio respondeu que o Instituto AngloGold Ashanti já trabalha com visão de independência financeira. "Como, daqui a um tempo, queremos reduzir essa dependência?. Dentro do Instituto AngloGold Ashanti, o que a gente enxerga é o desenvolvimento de produtos sociais que possam ser negociados e

oferecidos para outras empresas", explicou.

Ele revelou que a organização já estuda um projeto de rebranding para se distanciar da identificação exclusiva com a empresa mantenedora, possivelmente adotando a sigla "Instituto AGA", para facilitar parcerias com outras companhias.

Bárbara Azevedo complementou destacando a importância de uma governança bem definida para demonstrar que o instituto não sofre ingerência da empresa. "Eu tenho conselheiros independentes também sentando dentro do meu board, justamente para garantir essa independência", afirmou.

Atuação em contextos de alta vulnerabilidade

O debate também abordou a atuação em regiões de alta vulnerabilidade social. Bárbara Azevedo explicou que o terceiro setor vem sofisticando seus indicadores. "Medir o ROI social, para cada real que eu coloco, quanto que eu tenho de retorno, quanto eu consigo alavancar a partir desse recurso que estou investindo", exemplificou. Ela apontou como nova fronteira a medição de resultados sistêmicos, que avaliam impactos em cadeias produtivas e sistemas públicos, não apenas em beneficiários diretos.

O painel evidenciou que, apesar das diferenças entre fundações e institutos, ambos os modelos oferecem vantagens para a execução de estratégias sociais no setor mineral, especialmente quando se considera a necessidade de continuidade das ações após o encerramento das operações e a construção de relações de confiança com as comunidades. □



2º PRÊMIO MINERAÇÃO & COMUNIDADES

CASES PREMIADOS MOSTRAM COMO A MINERAÇÃO TRANSFORMA DIÁLOGO EM LEGADO

Projetos de saúde, educação, inclusão, desenvolvimento rural e adaptação climática apresentados durante o Mineração & Comunidades revelam que a licença social para operar nasce da escuta ativa e da construção conjunta com os territórios.

Saúde na Roça (CMOC), AGP Clima (CBA), Desenvolvimento Rural (Lundin Mining), Projeto Raízes (Galvani) e Sala de Acomodação Sensorial (Mosaic), foram os projetos ganhadores do 2º. Prêmio Mineração & Comunidades, promovido por Brasil Mineral, que abrangeu cinco

categorias e que tem como objetivo principal reconhecer as iniciativas desenvolvidas por empresas de mineração em apoio às comunidades dos territórios onde ocorre a atividade de extração mineral. O júri, formado por especialistas que compõem o Conselho Consultivo de Brasil Mineral,

escolheu no total 15 trabalhos finalistas (3 em cada categoria), dentre os quais os listados acima foram os premiados.

Após a premiação, que integrou a programação do 11º Mineração &/X Comunidades, foi realizada uma mesa-redonda reunindo os vencedores do 2º Prêmio Mineração & Comunidades, mediada pela professora Maria Amélia Enríquez, uma das juradas do prêmio, durante a qual ficou patente que projetos sociais estruturados, construídos a partir da escuta ativa e do relacionamento permanente com as comunidades, vêm se transformando em instrumentos capazes de fortalecer territórios, reduzir conflitos, criar valor compartilhado e consolidar a chamada licença social para operar.

Ao longo de mais de uma hora de conversa, representantes da Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), CMOC Brasil, Lundin Mining, Galvani e Mosaic apresentaram iniciativas distintas em suas temáticas, mas surpreendentemente semelhantes em sua origem.

Em praticamente todos os casos, o ponto de partida foi o mesmo: ouvir. Ouvir os moradores que convivem diariamente com as operações minerais. Ouvir lideranças comunitárias. Ouvir professores, gestores públicos, agricultores, profissionais de saúde e famílias. Ouvir para compreender problemas que muitas vezes não aparecem nos indicadores tradicionais de desempenho empresarial.

A própria Maria Amélia destacou que essa característica chamou a atenção do júri durante o processo de avaliação: “consideramos muito a originalidade, o alcance social, a escalabilidade e a sustentabilidade

dos projetos ao longo do tempo”, explicou. “Mas uma questão esteve presente em praticamente todas as análises: até onde vai a política corporativa e até onde vai a política pública?”, provocou a jurada.

A reflexão serviu de fio condutor para toda a discussão. Segundo Maria Amélia, muitos dos projetos apresentados ocupam justamente uma zona de convergência entre a atuação empresarial e as responsabilidades tradicionalmente atribuídas ao poder público – “não se trata de substituir governos, mas de criar mecanismos capazes de fortalecer capacidades locais, preencher lacunas e acelerar soluções para problemas que afetam diretamente a qualidade de vida da população”. Foi a partir dessa constatação que os vencedores passaram a compartilhar suas experiências.

Clima, governança e fortalecimento dos municípios

Primeira a falar, Lígia de Lima Carvalho, coordenadora de Sustentabilidade da CBA, não escondeu a satisfação pelo reconhecimento recebido. “Mais do que um prêmio, é uma afirmação de que estamos no caminho certo e de que o ESG não morreu; está mais vivo do que nunca”, afirmou. A executiva explicou que a companhia vem trabalhando há anos com uma estratégia estruturada de fortalecimento das políticas públicas municipais. A lógica é simples: municípios mais preparados significam comunidades mais resilientes e operações mais seguras.

Segundo Lígia, praticamente todo o portfólio social da empresa foi desenhado com esse objetivo: “entendemos que um município fortalecido, com políticas fortes, contribui para o desenvolvimento social da



Vânia Andrade e Davidson Miranda (CMOC Brasil)

região e também para a nossa relação com o governo”. Essa visão ganhou forma concreta no AGP Mudanças Climáticas, iniciativa voltada à capacitação de gestores públicos para enfrentar um dos maiores desafios contemporâneos: a adaptação aos efeitos das mudanças climáticas.

Lígia explicou que o programa nasceu de uma reflexão interna. Depois de desenvolver ferramentas próprias para avaliar riscos climáticos em suas operações, a companhia percebeu que os mesmos conhecimentos poderiam ser compartilhados com os municípios onde atua. “Fortalecendo a resiliência do município, eu fortaleço a minha operação. Evito, por exemplo, interrupções logísticas provocadas por eventos climáticos extremos”, garantiu.

O programa envolve Defesas Cíveis, secretarias de Meio Ambiente, Saúde, Assistência Social e Direitos Humanos em uma governança integrada que rompe estruturas tradicionalmente compartimentadas. “Assim como existem silos dentro das empresas, eles também existem dentro do poder público”, observou. “Conseguimos criar um espaço onde diferentes áreas passam a trabalhar juntas”, explicou a coordenadora de Sustentabilidade da CBA.

A iniciativa já alcança seis municípios brasileiros e integra uma plataforma mais ampla de ação climática da companhia, que inclui ferramentas públicas de avaliação de vulnerabilidade climática e mecanismos de financiamento vinculados a metas socioambientais.

Saúde como ferramenta de desenvolvimento territorial

Se a adaptação climática trouxe para o debate a relação entre empresas e gestão pública, o case apresentado pela CMOC Brasil evidenciou outro tema igualmente sensível: o acesso à saúde nas comunidades rurais.

Ao apresentar o projeto Saúde na Roça, Flávia de Paula Adorno, gerente sênior de ESG e Licenciamento da CMOC Brasil destacou que a iniciativa nasceu de um processo de diagnóstico social realizado junto às comunidades do entorno das operações da companhia em Catalão (GO). Embora o município apresente uma estrutura de atendimento relativamente consolidada em comparação com outras regiões do país, a escuta das comunidades revelou um problema pouco visível nas estatísticas oficiais: a dificuldade de acesso enfrentada pela população idosa residente em áreas rurais. “Hoje a CMOC está muito mais próxima das comunidades, e nas reuniões que realizamos ouvimos que um dos principais pontos era a saúde”, relatou.

O diagnóstico apontou que grande parte dos moradores das 15 comunidades atendidas era formada por idosos que encontravam obstáculos para se deslocar até unidades de saúde ou hospitais. O desafio não estava necessariamente na existência dos serviços, mas na capacidade de alcançá-los.

A partir dessa constatação, a empresa iniciou um diálogo com a Secretaria Municipal de Saúde para identificar de que forma poderia contribuir sem sobrepor funções do poder público. A solução encontrada foi a criação de uma estrutura itinerante de atendimento médico e odontológico,

responsável por realizar avaliações iniciais, exames básicos e encaminhamentos para tratamentos especializados.

Mais do que ampliar o acesso aos serviços, a iniciativa passou a funcionar como uma ponte entre a população rural e a rede pública de saúde. “Sentamos com o secretário municipal de Saúde para dialogar sobre onde a CMOC poderia contribuir. Entendemos que seria no atendimento básico, fazendo o mapeamento das necessidades e facilitando o acesso aos serviços especializados”, explicou Flávia.

Em sua análise, o principal aprendizado foi compreender que a geração de valor social não está necessariamente associada a grandes investimentos, mas à capacidade de construir soluções adequadas às necessidades reais das comunidades – “a comunidade só entende a presença da empresa se sentir, de fato, que a vida dela mudou”.

A fala sintetizou uma percepção compartilhada ao longo de todo o painel: a licença social para operar não é conquistada por campanhas institucionais, mas por transformações percebidas no cotidiano das pessoas.

Quando o desenvolvimento rural se transforma em legado

A discussão avançou então para um dos temas mais recorrentes nos debates sobre mineração e desenvolvimento regional: a diversificação econômica dos territórios. Representando a Lundin Mining, Josielle Padilha Silvestre, coordenadora de Performance Social apresentou o Programa de Desenvolvimento Rural, iniciativa que busca fortalecer atividades produtivas já



Maria José Salum (à esquerda), entregou o troféu para a equipe da CBA

existentes nas comunidades próximas às operações da empresa.

O projeto surgiu a partir de uma constatação simples. Durante os processos de relacionamento comunitário, agricultores e pecuaristas passaram a manifestar a necessidade de apoio técnico para aumentar a produtividade e melhorar as condições de trabalho nas propriedades rurais. “A escuta ativa é a base de todos os nossos processos. Foi assim que identificamos que a agricultura e a pecuária eram potencialidades importantes da região”, afirmou.

Em vez de criar uma atividade econômica paralela, a empresa optou por fortalecer aquilo que já fazia parte da identidade local. As propriedades participantes recebem acompanhamento técnico durante três anos

consecutivos. Nesse período, especialistas realizam diagnósticos individualizados e identificam oportunidades de melhoria. O modelo adotado pela companhia prioriza a entrega de soluções concretas, evitando repasses financeiros diretos.

“Em hipótese nenhuma repassamos dinheiro. Entregamos sempre serviços e materiais”, frisou Josielle. Os investimentos variam conforme as necessidades de cada propriedade. Em alguns casos, incluem melhorias em currais e sistemas de ordenha. Em outros, recuperação de pastagens, acesso à água ou implantação de sistemas de energia solar. Com isso, o resultado vai muito além do aumento da produção: “os produtores relatam melhoria de renda e passam a ter condições de desenvolver ou-

tras atividades com mais qualidade de vida”.

A iniciativa despertou especial interesse da mediadora Maria Amélia Enríquez, que destacou a importância de construir economias capazes de sobreviver ao ciclo mineral: “a atividade mineral é temporária no território. A comunidade é permanente”. A observação trouxe para o centro do debate um dos principais desafios do setor: criar condições para que os territórios continuem prosperando mesmo após o encerramento das operações.

Embora a empresa ainda não tenha estruturado uma cadeia formal de compras junto aos produtores beneficiados, Josielle reconheceu que esse pode ser um caminho futuro: “estruturar uma cadeia para que produzam mais e gerem mais renda pode ser um próximo passo”.

Identidade, pertencimento e transformação social

Poucos projetos apresentados durante o painel ilustraram tão claramente a dimensão humana do ESG quanto o Raízes, desenvolvido pela Galvani em parceria com o Instituto Ser-Tão.

Ao apresentar a iniciativa, Arnobson dos Santos Costa, presidente da entidade, levou a discussão para além dos indicadores tradicionais de desenvolvimento, abordando questões relacionadas à identidade, autoestima e pertencimento. O projeto nasceu em uma escola quilombola localizada na zona rural de Irecê, na Bahia, em um contexto marcado por evasão escolar, baixa valorização cultural e falta de perspectivas para os jovens da comunidade – “aquela comunidade não se reconhecia, não enxergava valor nem potencialidades”, recordou.

Segundo ele, a situação era agravada pela ausência de referências positivas ligadas à história e à cultura negra no ambiente escolar: “temos uma lacuna enorme no ensino brasileiro. Falta literatura negra para falar sobre pessoas negras”.

Foi justamente para enfrentar essa realidade que surgiu o Raízes. A primeira etapa do projeto envolveu a aquisição de livros de literatura negra, instrumentos musicais, vestimentas de matriz africana e a realização de oficinas culturais para estudantes e professores. O objetivo era fortalecer a identidade cultural dos alunos e promover uma educação antirracista alinhada às especificidades do território. De acordo com Arnobson, “o projeto nasce para mostrar que a história daquele povo do campo e quilombola tem valor”.

Os resultados rapidamente ultrapassaram os limites da escola onde a iniciativa começou. O programa foi ampliado para outras unidades de ensino, incorporado às ações da Secretaria Municipal de Educação e passou a alcançar mais de 1.500 estudantes. Arnobson destacou que um dos maiores legados do projeto está justamente em sua capacidade de gerar transformações permanentes: “quando se promove o resgate da história, da memória e da identidade, ninguém mais tira”.

Ao comentar o case, Maria Amélia chamou atenção para outro aspecto relevante: a forma como a parceria entre empresa e poder público permitiu escalar a iniciativa sem descaracterizar sua essência. A experiência demonstrou que, quando bem estruturadas, as ações corporativas podem contribuir para o fortalecimento de políticas públicas em vez de substituí-las.



Maria Amélia Enríquez entregou o troféu para as representantes da Lundin Mining

Inclusão construída a partir da realidade

A capacidade de ouvir necessidades específicas também foi o ponto de partida do projeto apresentado pela Mosaic. A Sala de Acomodação Sensorial Acessível surgiu durante o desenvolvimento de outra iniciativa social realizada em Uberaba (MG), quando gestores escolares relataram dificuldades para atender crianças neurodivergentes em momentos de crise emocional. Segundo a Especialista de Projetos Sociais da Mosaic, Thaís de Oliveira Alves González, a demanda não fazia parte das linhas tradicionais de investimento social da empresa: “somos uma empresa de fertilizantes, com projetos muito voltados à segurança alimentar”.

Ainda assim, a necessidade identificada durante as conversas com a comunidade levou a companhia a estudar o tema e buscar especialistas capazes de apoiar a construção

da solução – “escuta ativa na prática exige flexibilidade”. A proposta foi desenvolvida em conjunto com educadores, profissionais especializados e representantes do poder público. O objetivo não era apenas criar um espaço físico diferenciado, mas oferecer condições para que as crianças pudessem permanecer integradas ao ambiente escolar.

“Não adiantava criar uma sala excludente. Precisávamos construir um espaço que ajudasse a criança a se regular e retornar ao convívio”, prosseguiu Thaís. Além da infraestrutura, o projeto envolveu capacitação de professores e equipes técnicas para garantir o uso adequado do ambiente.

A receptividade foi imediata. Hoje, a iniciativa já está sendo replicada em outras localidades onde a Mosaic atua. “Quando nossas equipes vão a campo, ouvimos frequentemente que outras comunidades

também querem uma sala como essa”, afirma Thaís.

O caso mostrou que inovação social nem sempre significa desenvolver soluções complexas. Em muitos casos, ela surge simplesmente da disposição para ouvir demandas que normalmente passariam despercebidas.

Condicionante ou convicção? O que realmente impulsiona os projetos sociais

Após ouvir os relatos dos vencedores, Maria Amélia Enríquez trouxe para a mesa uma questão recorrente nos debates sobre responsabilidade social corporativa na mineração. Afinal, os projetos apresentados nasceram de exigências legais, de condicionantes ambientais e termos de ajustamento de conduta, ou resultaram de uma decisão estratégica das empresas de investir em desenvolvimento territorial?

A pergunta tocou em um dos temas mais sensíveis do setor. Durante muito tempo, parte significativa das ações sociais desenvolvidas pelas mineradoras esteve associada ao cumprimento de exigências regulatórias. Nos últimos anos, entretanto, cresce a percepção de que os projetos mais transformadores costumam surgir quando as empresas ultrapassam a lógica da obrigação e passam a atuar de forma mais integrada às demandas dos territórios.

“Vocês descreveram um processo muito semelhante em todos os casos”, observou a mediadora. “Tudo começa por uma escuta ativa e sensível, que leva a um diagnóstico social; isso exige uma articulação institucional importante; depois vêm a escalabilidade e a sustentabilidade do projeto. Qual foi o impulso para vocês entrarem nesse tipo de

iniciativa?” As respostas mostraram que não existe um único caminho.

No caso da CMOC, Flávia de Paula Adorno reconheceu que o diagnóstico comunitário que deu origem ao Saúde na Roça estava relacionado a uma exigência do processo de licenciamento. O projeto, porém, foi muito além do atendimento formal dessa obrigação – “o diagnóstico era um condicionante, mas desenvolver o projeto na área da saúde foi um entendimento do que aquela comunidade realmente precisava”, explicou. A executiva destacou que o desafio foi justamente transformar uma obrigação regulatória em uma oportunidade de construção coletiva, envolvendo prefeitura, secretaria de saúde e moradores na definição da solução.

Na CBA, o percurso foi diferente. Lígia de Lima Carvalho explicou que o programa voltado às mudanças climáticas surgiu de uma reflexão estratégica da companhia sobre riscos futuros: “vínhamos passando por desastres climáticos e já tínhamos uma maturidade interna importante nesse tema. Então surgiu o questionamento: por que não compartilhar esse conhecimento com os municípios?”. A iniciativa acabou se tornando um dos principais exemplos apresentados durante o painel de como a inovação social pode nascer da convergência entre interesses empresariais e necessidades públicas.

Na Lundin Mining, segundo Josielle Padilha Silvestre, o programa de desenvolvimento rural surgiu antes mesmo de qualquer exigência regulatória – “nós criamos o programa em 2019 a partir da escuta das comunidades. Quando fomos renovar



Rolf Fuchs (Integratio), Ariana Prado (Galvani) e Arnobson Costa (Instituto Ser-Tão)

a licença, em 2022, veio um condicionante relacionado ao apoio à área rural. Como já realizávamos o trabalho, ele acabou sendo incorporado ao processo”.

A mesma lógica apareceu nos relatos da Galvani e da Mosaic. Em ambos os casos, os projetos nasceram do relacionamento cotidiano com as comunidades e somente depois passaram a dialogar com agendas mais amplas de sustentabilidade e desenvolvimento local. O conjunto das respostas reforçou uma percepção que atravessou todo o debate: independentemente da origem formal, os projetos que geram maior impacto são aqueles capazes de construir vínculos genuínos com as necessidades dos territórios.

As intervenções da plateia deram uma dimensão ainda mais rica ao debate ao trazer reflexões de profissionais que vivem os

desafios da sustentabilidade em diferentes contextos. Representando a Galvani, Ariana Prado, coordenadora de relacionamento com comunidades da empresa, reforçou que o projeto Raízes não surgiu de uma obrigação regulatória, mas do contato direto com a realidade local – “hoje fomentamos as potencialidades de cada território. Quando chegamos à Escola Quilombola Municipal Anísio Teixeira vimos um trabalho maravilhoso que merecia continuidade”. A fala destacou um aspecto recorrente ao longo do painel: a importância de enxergar as comunidades não apenas por suas demandas, mas também por seus ativos, talentos e vocações.

Outro momento de destaque ocorreu quando uma participante do evento perguntou qual havia sido o principal diferen-

cial corporativo que permitiu transformar iniciativas sociais em projetos reconhecidos nacionalmente. A questão levou os participantes a refletirem sobre o papel da cultura organizacional na construção do ESG.

Para Lígia, da CBA, a resposta está na integração entre sustentabilidade e estratégia empresarial – “não há como operar sem trabalhar projetos sociais estruturantes que gerem valor e impacto positivo para a sociedade”. Na Lundin, Josielle destacou que o conceito de comunidades prósperas faz parte da própria estratégia corporativa, “está na essência da empresa construir relações de confiança com as comunidades”. Ariana reforçou que, na Galvani, o relacionamento comunitário não é responsabilidade exclusiva de uma área específica – “todos os profissionais têm essa preocupação de ouvir e potencializar as comunidades do entorno”. Já Thaís apresentou uma prática que chamou a atenção dos participantes: a Social Experience, iniciativa da Mosaic que leva empregados e executivos para vivenciar a realidade das comunidades beneficiadas pelos projetos – “quando estamos nesses espaços com eles, fica muito mais fácil construir entendimento e alinhamento”. Flávia, da CMOC, apontou na mesma direção: “é fundamental trazer a alta liderança para entender a realidade das comunidades e o impacto que os investimentos podem gerar”.

ESG, resultado financeiro e a licença social para operar

Talvez a intervenção mais provocativa da tarde tenha vindo da jurada Vânia Andrade. Reconhecendo que a audiência do evento era formada majoritariamente por profissionais já convencidos da importância

do ESG, ela lançou um desafio aos participantes: “estamos falando aqui para convertidos”, afirmou. “Mas como convencer os pragmáticos? Como demonstrar que tudo isso também é bom para o negócio?”

A pergunta trouxe para o centro da discussão um tema cada vez mais presente nos conselhos de administração e nos fóruns de investidores: a relação entre sustentabilidade e geração de valor. “Como economista, costumo dizer: em Deus eu acredito; o resto tem que mostrar números”, provocou Maria Amélia Enríquez.

As respostas evidenciaram que os benefícios do relacionamento comunitário nem sempre aparecem diretamente nos balanços financeiros, mas influenciam indicadores críticos para a continuidade dos negócios.

Josielle apresentou um exemplo emblemático. Em uma das áreas operacionais da Lundin, moradores reclamavam repetidamente das condições de uma estrada utilizada pela empresa. Embora as reclamações chegassem à equipe social, a liderança operacional ainda não compreendia plenamente a dimensão do problema. A solução foi simples: levar o gerente da operação para conversar diretamente com os moradores – “depois daquela visita, não tivemos mais nenhuma reclamação sobre o tema”.

O caso serviu para demonstrar como o relacionamento comunitário influencia indicadores relacionados à confiança, reputação e licença social para operar. Mais do que evitar conflitos, a aproximação permitiu resolver um problema operacional antes que ele se transformasse em uma crise.

Na Galvani, representantes da empresa destacaram que o principal desafio cos-



Arão Portugal premia as representantes da Mosaic

tuma ser sensibilizar o público interno: “o maior desafio não é a comunidade; é engajar os engenheiros”, comentou Ariana. A empresa passou então a ampliar programas de visitas e encontros entre profissionais das áreas técnicas e moradores das comunidades. Segundo ela, a diferença é perceptível quando engenheiros, gestores operacionais e profissionais ambientais participam diretamente das conversas. “Talvez ainda não tenhamos monetizado esse ganho, mas a construção da licença social certamente faz com que a operação não pare”.

A observação encontrou eco na fala de Lígia, que apresentou uma perspectiva complementar. Além de investidores e comunidades, os próprios clientes passaram a incorporar critérios sociais e ambientais em seus processos de avaliação. “Hoje temos clientes para os quais direitos humanos e relacionamento com comunidades fazem

parte da nossa nota de performance como fornecedor”, disse a representante da CBA.

Em outras palavras, aquilo que antes era visto apenas como responsabilidade social passou a influenciar diretamente a competitividade empresarial.

Outro tema que ganhou força ao longo da conversa foi a necessidade de ampliar o envolvimento das áreas operacionais nas estratégias de sustentabilidade. Maria Amélia observou que muitas empresas já avançaram significativamente no diálogo com stakeholders externos, mas ainda enfrentam desafios para disseminar essa cultura internamente: “não basta convencer o público externo. Precisamos convencer também quem está dentro das operações”. A observação encontrou respaldo imediato entre os participantes.

Josielle destacou que, em operações localizadas muito próximas das comunidades rurais, a interação cotidiana entre

trabalhadores e moradores torna inevitável a necessidade de preparar as equipes para esse relacionamento – “não podemos esperar que toda situação seja escalada para a alta direção. Precisamos dar autonomia para quem está na ponta agir e se conectar com as pessoas”.

A fala remeteu a uma reflexão recorrente durante o evento: a licença social para operar não é construída exclusivamente pelos departamentos de sustentabilidade ou relacionamento comunitário. Ela é construída diariamente por operadores, supervisores, técnicos, engenheiros e gestores que representam a empresa em suas interações com a população local. Nesse contexto, o ESG deixa de ser um tema corporativo e passa a fazer parte da cultura operacional.

Comunicação: da divulgação à construção de confiança

O último grande tema do painel surgiu a partir de uma pergunta de Mariana Cavalcante, da PLS. A profissional quis saber qual era o papel da comunicação tanto no engajamento das comunidades quanto na prestação de contas para investidores, imprensa e demais stakeholders. A questão revelou outro ponto de convergência entre os projetos.

Todos os participantes reconheceram que, durante muito tempo, muitas empresas realizaram ações relevantes sem comunicar adequadamente seus resultados. “Fazíamos muita coisa, mas não verbalizávamos”, admitiu Flávia. Na CMOOC, a solução passou pela criação dos boletins comunitários Intervozes, que divulgam cronogramas, resultados e histórias das comunidades atendidas.

Josielle relatou transformação semelhante na Lundin. A chegada de profissionais especializados em comunicação ampliou significativamente a capacidade de divulgação das iniciativas. “A comunicação faz toda a diferença. Ela é essencial para o engajamento”.

Na Mosaic, Thaís chamou atenção para a necessidade de equilíbrio. Segundo ela, a visibilidade dos projetos deve estar subordinada ao propósito social da iniciativa – “não faz sentido realizar um evento maior do que o próprio investimento social”.

Já Lígia destacou que sustentabilidade e comunicação precisam atuar de forma integrada desde a concepção dos projetos – “somos quase um time só”.

A fala resume uma tendência crescente no setor mineral: a compreensão de que comunicação não é apenas divulgação, mas também ferramenta de relacionamento, transparência e construção de confiança.

Afinal, o ESG resolve o X da questão?

Ao final do debate, ficou evidente que a pergunta que deu nome ao painel não admite respostas simples. Nenhum dos participantes apresentou o ESG como solução definitiva para os desafios enfrentados pelos territórios mineradores. Tampouco houve a pretensão de substituir o papel do poder público ou de eliminar conflitos inerentes à atividade mineral.

O que os casos apresentados demonstraram foi algo talvez mais importante. Quando o ESG deixa de ser apenas uma sigla e se transforma em prática cotidiana, ele cria condições para que empresas, comunidades e governos construam soluções mais duradouras.



Equipe da CMOC Brasil e a jurada Vânia Andrade

Os projetos apresentados tinham focos distintos — mudanças climáticas, saúde, desenvolvimento rural, educação antirracista e inclusão de crianças neurodivergentes —, mas compartilhavam elementos comuns: escuta ativa, diálogo permanente, construção coletiva, governança compartilhada e compromisso com resultados de longo prazo. Mais do que iniciativas sociais bem-sucedidas, os cases revelaram uma mudança de perspectiva sobre o papel das empresas nos territórios onde atuam.

Ao encerrar o painel, Maria Amélia Enríquez destacou que as boas práticas precisam ser multiplicadas e compartilhadas: “as externalidades negativas são amplamente conhecidas. As boas iniciativas também merecem ser publicizadas”.

A observação foi reforçada por Rolf Fuchs, presidente da Integratio e coorde-

nador Técnico do Mineração &/X Comunidades, ao lembrar que a qualidade dos projetos apresentados não se restringia aos vencedores. Segundo ele, os 15 finalistas demonstraram que a mineração brasileira vem acumulando experiências valiosas na construção de uma agenda ESG cada vez mais conectada às necessidades reais das comunidades.

Se existe uma conclusão possível para a pergunta lançada ao início da mesa-redonda, ela talvez esteja justamente aí: o ESG não resolve sozinho o “X da questão”. Mas, quando aplicado com escuta, coerência, governança e compromisso genuíno com os territórios, ele cria as condições para que as respostas sejam construídas coletivamente — e para que os legados permaneçam muito além da vida útil de uma mina. □

PROJETO CALDEIRA: terras raras, inovação e responsabilidade para o futuro do Brasil



A demanda global por minerais críticos nunca foi tão intensa. Essenciais para a fabricação de equipamentos eletrônicos, veículos elétricos, turbinas eólicas e dispositivos médicos e tecnologias ligadas à transição energética, as terras raras tornaram-se estratégicas para o desenvolvimento econômico e tecnológico das próximas décadas.

Nesse contexto, o Projeto Caldeira, desenvolvido pela Meteoric, em Caldas (MG), destaca-se como um dos maiores depósitos de terras raras iônicas do mundo. Com recursos minerais superiores a 1 bilhão de toneladas e potencial para fornecer cerca de 8% da demanda global atual de óxidos de terras raras, o Projeto Caldeira pode posicionar o Brasil como país estratégico na economia de baixo carbono.

Além de sua dimensão, o projeto se destaca pelas características geológicas do depósito mineral. As terras raras estão associadas a argilas iônicas, um tipo de ocorrência mineral que possibilita métodos de extração diferentes daqueles tradicionalmente utilizados em minas de rocha dura, o que confere ao projeto tecnologia para uma abordagem pautada na eficiência operacional, ambiental e social.

O Projeto Caldeira está em fase de licenciamento ambiental junto à Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM) e a evolução do projeto é sustentada por uma ampla base técnica. O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), elaborados por equipes multidisciplinares independentes, somam aproximadamente 3 mil páginas de avaliações ambientais, sociais e econômicas. O processo tem sido conduzido com rigor técnico e metodológico, transparência e diálogo com a sociedade.

Sustentabilidade incorporada ao projeto

A responsabilidade socioambiental é premissa do Projeto Caldeira, localizado predominantemente em áreas de pastagem e cultivo de eucalipto, sem interferência em comunidades locais. Um dos principais diferenciais do projeto é ter sido concebido sem a necessidade de barragens de rejeitos. Após a extração, o minério será processado na planta de beneficiamento com uso

de sulfato de amônio, insumo amplamente empregado na produção de fertilizantes.

A argila resultante passará por etapas de lavagem com reaproveitamento de água e retornará progressivamente às áreas mineradas por meio da técnica de backfill, permitindo a recuperação simultânea das áreas e eliminando a necessidade de barragens.

Outra característica relevante do projeto está relacionada à geologia do depósito. As terras raras encontram-se próximas à superfície, permitindo uma operação de baixa profundidade, com escavações de até 40 metros. Estudos hidrogeológicos realizados no âmbito do licenciamento ambiental indicam que essas características preservam a dinâmica dos aquíferos locais e não interferem nas águas termais da região, incluindo as fontes de Pocinhos do Rio Verde.

Segurança radiológica e validação tecnológica

Em razão do histórico de mineração de urânio na região, mais de 20 mil amostras foram analisadas, com resultados que indicaram níveis abaixo dos limites de segurança estabelecidos pelas autoridades nucleares do Brasil.

Com base nesses estudos, o empreendimento foi preliminarmente dispensado de licenciamento radiológico pela Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN). A Autoridade Nacional de Segurança Nuclear (ANSN) também esclareceu publicamente que o Projeto Caldeira não possui vínculo técnico, operacional ou territorial com a unidade das Indústrias Nucleares do Brasil (INB) existente na região, reforçando a independência entre os dois empreendimentos. Paralelamente ao licenciamento, a Meteoric opera uma planta-piloto em Poços de Caldas (MG), que reproduz em escala industrial os processos previstos para a futura operação comercial. A unidade permite validar tecnologias, otimizar etapas produtivas, capacitar equipes e produzir amostras de carbonato de terras raras para potenciais clientes. Os resultados obtidos nesta fase são importantes para assegurar elevados padrões de eficiência, segurança e desempenho ambiental.

Compromisso com Caldas e com o desenvolvimento regional

O relacionamento com a comunidade integra o desenvolvimento do empreendimento, por meio do diálogo permanente com moradores, lideranças e poder público, além de iniciativas voltadas à qualificação profissional, fortalecimento de fornecedores locais e apoio a projetos sociais, culturais, educacionais e esportivos.

Após a conclusão do licenciamento e da implantação das estruturas produtivas, o Projeto Caldeira tem potencial para se tornar uma das principais operações de terras raras fora da Ásia, demonstrando que é possível desenvolver uma mineração moderna, baseada em ciência, transparência, responsabilidade socioambiental e geração de valor para o Brasil e para as comunidades onde atua. ◆

PROJETO AGP CLIMA



Cobertura Geral em Muriaé (MG)

Introdução

O compromisso em produzir alumínio de forma responsável com foco em preservar o futuro está presente na Companhia Brasileira de Alumínio (CBA) desde sua fundação, em 1955. Como única companhia integrada de alumínio do Brasil, e uma das poucas no mundo, a CBA atua desde a mineração da bauxita até a transformação do alumínio em

produtos primários e transformados e a reciclagem, destacando-se pela autosuficiência de sua cadeia produtiva com o abastecimento de bauxita e alumina, pela capacidade instalada de gerar 100% de sua demanda de energia elétrica por meio de fontes renováveis e por colocar a sustentabilidade e a inovação no centro de sua estratégia.

Inspirada no propósito de oferecer

soluções em alumínio que transformam vidas, a CBA firma parcerias valiosas com clientes, empregados e empregadas, fornecedores, associações setoriais e financeiras, comunidades e investidores. Assim, entrega soluções cada vez mais personalizadas e sustentáveis, que geram impacto positivo na indústria, no meio ambiente e na sociedade, de forma a reafirmar o posicionamento da Companhia de que a mudança precisa gerar valor compartilhado. A Companhia transforma vidas a partir do alumínio e quer ampliar a consciência de todas as pessoas para um mundo melhor, e a sustentabilidade é o caminho para se alcançar esse objetivo.

Com a proposta de apoiar a descarbonização de suas atividades, a Companhia conta com um objetivo específico em sua Estratégia ESG 2030, associado à alavanca de Mudanças Climáticas de reduzir em 40% as emissões de gases de efeito estufa até 2030 (na média dos produtos fundidos, desde a mineração), tendo como ano base 2019. A Companhia possui grandes investimentos em projetos para o atingimento dessa meta, que, em conjunto com ações de melhorias de processos, fez com que a Empresa já reduzisse 33% do indicador de sua meta em apenas 5 anos.

Além de compromissos relacionados à descarbonização e reconhecendo que as mudanças climáticas já vêm impactando — e podem impactar de forma ainda mais intensa — tanto suas operações, quanto a sociedade como um todo, a CBA também possui objetivos para a adaptação.

Para isso, foi desenvolvida a iniciativa “Apoio à Gestão Pública Ação Climá-

tica”, resultado de uma parceria com o Instituto Votorantim e Instituto Itaúsa, que consiste em uma plataforma de soluções que apoie, fortaleça e impulsione a gestão pública de diferentes municípios, com foco em pequeno e médio porte, a adquirir competências e habilidades que os preparem para atuar contra os efeitos das mudanças climáticas.

Descrição do processo/metodologia

O AGP Ação Climática foi desenvolvido como uma metodologia de fortalecimento institucional para apoiar municípios de pequeno e médio porte na gestão dos riscos associados às mudanças climáticas. A abordagem parte do princípio de que a adaptação climática exige integração entre diferentes áreas da gestão pública, acesso a informações qualificadas e participação de múltiplos atores na construção de soluções para os territórios.

O processo inicia-se com a mobilização institucional do município participante, envolvendo representantes do poder público, instituições locais e organizações da sociedade civil. Essa etapa estabelece uma governança colaborativa e identifica pontos focais responsáveis por acompanhar as atividades e articular a participação das diferentes secretarias da administração municipal.

Na sequência, é realizado um diagnóstico inicial por meio de um checklist de maturidade da gestão territorial em relação à agenda climática. A ferramenta avalia aspectos como governança, gestão de riscos de desastres, disponibilidade



Cobertura Geral em Juquiá (SP)

de dados e planejamento urbano, além de considerar vulnerabilidades socioambientais e o histórico de eventos climáticos extremos.

Com base nos resultados, os municípios participam de trilhas de formação e mentorias voltadas ao fortalecimento das capacidades técnicas das equipes municipais.

Paralelamente, são desenvolvidas atividades práticas voltadas à construção de instrumentos de gestão climática adaptados à realidade local, como o mapeamento de riscos climáticos, a identificação de áreas e populações mais vulneráveis e a organização de bases de dados territoriais que apoiem a tomada de decisão. A

metodologia também estimula a articulação entre diferentes Secretarias, como Meio Ambiente, Planejamento Urbano, Saúde, Assistência Social e Defesa Civil, fortalecendo a integração das políticas públicas relacionadas ao enfrentamento das mudanças climáticas.

Como resultado, os municípios apoiados estruturam e priorizam medidas de adaptação e resiliência climática alinhadas às características e necessidades de cada território. O modelo prioriza o uso de dados públicos, ferramentas acessíveis e soluções de baixo custo, contribuindo para que as administrações municipais fortaleçam suas capacidades institucionais e avancem na construção de territó-

rios mais resilientes diante dos impactos das mudanças do clima.

Resultados obtidos, benefícios gerados e análise destes

A implementação do AGP Ação Climática tem contribuído para fortalecer a capacidade institucional dos municípios participantes na gestão de riscos e na agenda de adaptação às mudanças climáticas. A iniciativa foi apresentada internacionalmente durante a COP28, em 2023, e iniciou sua aplicação em 2024 nos municípios de Juitiba (SP) e Muriaé (MG), sendo ampliada em 2025 para Niquelândia (GO) e Juquiá (SP).

Ao longo desse período, mais de 370 pessoas participaram diretamente das atividades do programa, incluindo gestores públicos, técnicos municipais e representantes da sociedade civil. Também foram mobilizadas 83 instituições públicas e 55 organizações privadas e da sociedade civil, que participaram de mais de 180 horas de mentorias e formações. Esse processo contribuiu para ampliar o conhecimento técnico das equipes municipais e fortalecer a governança climática nos territórios.

Entre os principais resultados está o aumento das capacidades técnicas e gerenciais dos municípios na gestão da agenda climática. As atividades também estimularam maior integração entre Secretarias Municipais, como Meio Ambiente, Planejamento Urbano, Saúde, Assistência Social e Defesa Civil, favorecendo a atuação transversal no enfrentamento dos riscos climáticos.

O programa também contribuiu para o desenvolvimento de instrumentos de

gestão e análise de dados climáticos. Em Muriaé (MG), por exemplo, foi criado um Painel Integrado de Dados de Riscos Climáticos, que reúne informações climáticas, socioeconômicas e de vulnerabilidade do território, apoiando o planejamento de ações de prevenção e resposta. Em Niquelândia (GO), houve avanços na atualização do Mapa Municipal de Riscos Climáticos, enquanto que em Juquiá (SP) foram apoiadas ações relacionadas à organização do Plano de Contingência e ao fortalecimento da Defesa Civil.

De forma geral, os resultados indicam que a metodologia do AGP Ação Climática contribui para qualificar o planejamento público e fortalecer a capacidade dos municípios de prevenir, planejar e responder aos impactos das mudanças climáticas, promovendo avanços na construção de territórios mais resilientes.

Conclusão

As metodologias adotadas têm alto potencial de disseminação, tanto no setor industrial quanto em outras áreas que enfrentam riscos climáticos relevantes. A combinação de projeções climáticas, engajamento interno, planos de ação customizados, Índices de Vulnerabilidade e governança estruturada pode ser replicada em empresas com múltiplos ativos e operações distribuídas.

Vale ressaltar que todas as projeções climáticas realizadas pela Companhia utilizaram ferramentas climáticas gratuitas e disponíveis para todos, e contou com tempo de dedicação de equipes internas, sem a necessidade de contratação de consultorias de apoio.

Tais aspectos também orientaram o desenvolvimento da Iniciativa Ação Climática, com o desenvolvimento e disponibilização pública das ferramentas (Índice de Vulnerabilidade Climática e Checklist de Adaptação Climática para Municípios), bem como a priorização de soluções de baixo custo na implementação do AGP Ação Climática considerando soluções acessíveis e adaptadas às realidades financeiras dos municípios. Essas soluções são baseadas em políticas e recursos públicos existentes, aproveitando dados públicos e plataformas de informações para apoiar o planejamento e a tomada de decisões eficazes.

A continuidade das práticas está garantida por sua integração à Estratégia ESG 2030 e ao modelo de governança da Companhia. Os desdobramentos incluem a ampliação para outras áreas de negócio e fornecedores, bem como o aprofundamento da atuação com municípios e territórios. Para o AGP Ação Climática, a partir do foco no desenvolvimento de competências técnicas e de gestão e a implementação de ferramentas acessíveis e adaptadas de acordo com a capacidade técnica e o interesse de cada município, busca-se que mesmo após a conclusão do projeto os resultados alcançados permaneçam e que, com a capacidade institucional fortalecida, o município continue o processo de desenvolvimento e enfrentamento à mudança do clima.

Além disso, a CBA compartilha suas experiências em fóruns empresariais, participa de grupos de trabalho setoriais e publica os avanços em relatórios e plata-

formas como o CDP. Isso contribui para a disseminação do conhecimento, incentiva parcerias e inspira outras organizações a adotarem práticas semelhantes. □

Autores

Leandro Campos De Faria – Gerente Geral de Sustentabilidade: é formado em Engenharia de Alimentos pela Uni BH e pós-graduado em Engenharia de Segurança do Trabalho pela FEAMIG, em Engenharia Econômica e Financeira pela CIESA e em Responsabilidade Social Empresarial e Sustentabilidade pelo SENAC-SP.

Ligia de Lima Carvalho – Coordenadora de Sustentabilidade: é bióloga formada pela Unesp e com MBA em Gestão do Ambiente e Sustentabilidade pela FGV. Possui mais de 15 anos de atuação na área de sustentabilidade e responsabilidade social, tendo atuado em consultorias e nos setores de energia e de mineração e metalurgia.

Daniele de Oliveira Pedrosa – Consultora de Responsabilidade Social: é graduada em Letras (Faculdade Santa Marcelina) e Jornalismo (Faminas) e pós-graduada em Comunicação Empresarial pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. Há 17 anos é gestora social das Unidades de Mineração da CBA e já acompanhou mais de 80 iniciativas nos territórios onde atua.

Vivian Martins de Souza – Consultora de Sustentabilidade: formada em Engenharia Ambiental pela UNESP, com pós-graduação em Gestão de Tecnologia e Sustentabilidade pela UFScar, e atua há mais de seis anos na área de Sustentabilidade na CBA.

PROJETO

PROGRAMA DESENVOLVIMENTO RURAL – LUNDIN MINING CHAPADA



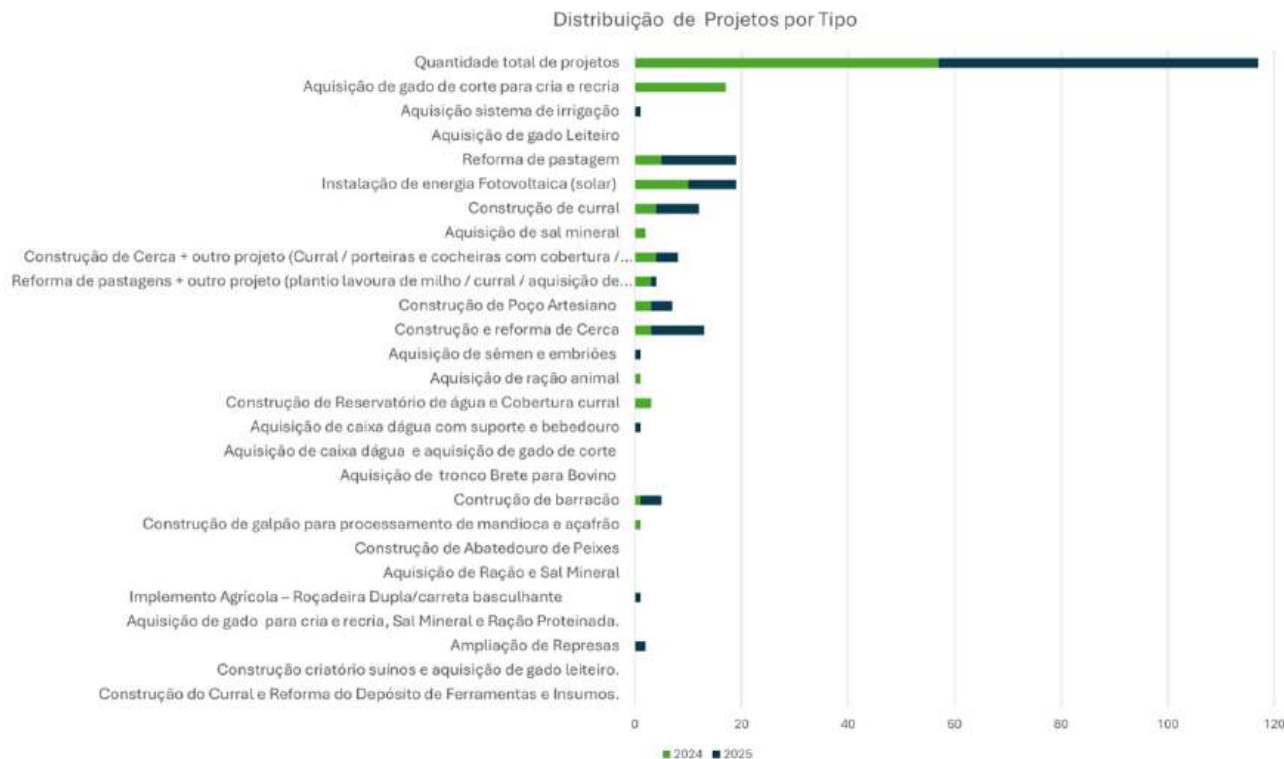
Resultados do Programa Desenvolvimento Rural anos de 2024 e 2025.

Introdução, justificativa e contextualização do projeto e seus objetivos

A mineração transforma territórios e impacta diretamente as comunidades que vivem em seu entorno. Diante dessa realidade, a Lundin Mining - Chapada, localizada no norte de Goiás, assumiu um compromisso de ser agente ativo no desenvolvimento econômico e no bem-estar das populações rurais vizinhas à sua operação. A região do entorno da Mina Chapada é predominantemente agropecuária. Trata-se de um território marcado por propriedades rurais de diferentes portes, cujos proprietários encontram no campo sua principal fonte de renda e sustento.

O Programa de Desenvolvimento Rural é uma iniciativa de investimento social voltada ao fortalecimento da agricultura e pecuária praticadas nas propriedades do entorno imediato da mina, reconhecendo que a licença social para operar depende, em grande medida, da qualidade das relações estabelecidas com as comunidades locais.

Iniciado voluntariamente pela Lundin Mining em 2019, o programa foi formalmente incorporado no âmbito do licenciamento ambiental da SEMAD Goiás em 2025, dentro do Programa de Apoio à Área Rural, consolidando-se como instrumento oficial de responsabilidade socioambiental



Distribuição dos projetos por tipo para os anos de 2024 e 2025

da empresa e garantindo sua continuidade a longo prazo.

Seu objetivo central é promover o bem-estar e o desenvolvimento econômico dos produtores rurais, por meio do apoio a projetos individuais de melhoria da produtividade agrícola e pecuária. Visa estabelecer acordos individuais de parceria com os produtores rurais elegíveis, promover o incremento da produtividade agrícola e pecuária, garantir assistência técnica rural qualificada, contribuir para a sustentabilidade e a autonomia econômica dos produtores rurais e fortalecer a relação de confiança entre a Lundin Mining e as comunidades do entorno.

Descrição do processo/metodologia

A estrutura do Programa de Desenvolvimento Rural foi o resultado de um processo

participativo e amplo de consulta, com duração de sete meses, durante o qual equipes da Lundin Mining e ERM realizaram avaliações de campo, entrevistas e reuniões com os produtores rurais do entorno. Esse processo buscou compreender, em profundidade, os perfis socioeconômicos dos agricultores e pecuaristas, seus meios de subsistência, suas principais preocupações em relação à operação da mina, bem como suas expectativas e aspirações para o futuro.

A metodologia do Programa de Desenvolvimento Rural estrutura-se em etapas sequenciais e integradas, garantindo transparência, equidade e efetividade na alocação dos recursos. São elegíveis os produtores rurais mapeados na análise territorial executada pelos consultores da ERM.

Com apoio da assistência técnica rural gratuita, o produtor elabora um projeto

individual que precisa estar enquadrado nos temas:

- Incremento de Produtividade;
- Infraestrutura Produtiva; e
- Sustentabilidade Ambiental

Os projetos são triados administrativamente por critérios de elegibilidade e ordenados por data de inscrição. Com o projeto aprovado, pelo comitê de governança da Lundin, firma-se um Acordo de Parceria anual entre a empresa e o produtor, com investimento de até R\$ 25 mil/ano em materiais, equipamentos e serviços, durante três anos consecutivos. A prestação de contas é condição para liberação dos recursos nos ciclos subsequentes. O produtor rural que completou o ciclo de 3 anos pode retornar após dois anos com um novo projeto.

O apoio de um assistente técnico rural especializado é fundamental, pois orienta o uso eficiente dos recursos, maximizando os resultados produtivos e promovendo maior autonomia econômica das famílias atendidas. Alguns exemplos dos recursos utilizados pelos produtores rurais são: análise do solo, acompanhamento de lavouras de milho e/ou produção de pastagens, manejo de silagem, acompanhamento na produção de hortaliças entre outros.

Resultados obtidos, benefícios gerados e análises desses

Em 2024 e 2025, o Programa de Desenvolvimento Rural da Lundin Mining Chapada beneficiou 96 produtores rurais vizinhos às operações da mina, com 117 projetos de geração de renda e sustentabi-



Fonte: Lundin Mining – Chapada

Rebanho adquirido por morador contemplado pelo programa.



Fonte: Lundin Mining – Chapada

Placas solares instaladas na fazenda de produtor rural.

lidade, 57 projetos em 2024 e 60 projetos em 2025 (figura 1, em anexos). A empresa mobilizou, nesses dois últimos anos, um investimento total de R\$ 2.925.000,00 em propriedades rurais do entorno da Mina de Chapada, gerando impactos concretos sobre a produtividade, a infraestrutura e a qualidade de vida das famílias beneficiadas. Os recursos aplicados têm contribuído para a diversificação das atividades econômicas locais, promovendo maior estabilidade financeira aos produtores e fortalecendo, de forma direta, a economia das comunidades rurais vizinhas à operação.



Caixa d'água adquirida pelo produtor através do Programa.



Ração de peixe adquirida por produtor rural.

A análise dos projetos aprovados ao longo de 2024 e 2025 revela uma evolução significativa no perfil dos investimentos. Em 2024, predominaram projetos voltados à aquisição de gado de corte para cria e recria, refletindo a demanda imediata dos produtores por incremento do rebanho e expansão da atividade pecuária. Já em 2025, observa-se uma clara transição em direção à consolidação estrutural das propriedades. Houve aumento expressivo de projetos de reforma de pastagens, construção de currais, poços artesianos e cercas, demonstrando uma priorização das condições de base para a produção sustentável. Destaca-se ainda o crescimento da instalação de energia fotovoltaica, indicativo de um movimento consistente rumo à modernização e à redução de custos energéticos nas propriedades rurais.

Essa evolução no perfil dos projetos reflete a autonomia dos produtores na escolha

das melhores aplicações para os recursos, decisão orientada por assistência técnica rural especializada, que avalia as particularidades de cada propriedade e potencializa os benefícios dos investimentos realizados.

Os resultados acumulados evidenciam que o programa entrega, simultaneamente, ganhos econômicos, sociais e ambientais. Ele fortalece a capacidade produtiva local, melhora as condições de vida das famílias rurais e consolida uma relação de confiança e corresponsabilidade entre a Lundin Mining Chapada e as comunidades do entorno, o que demonstra, na prática, que mineração e desenvolvimento rural sustentável podem caminhar juntos.

Conclusões e considerações finais

O Programa de Desenvolvimento Rural da Lundin Mining representa um modelo legítimo e replicável de integração entre



Placas solares adquiridas por produtor rural para sua propriedade.



Curral construído pelo produtor rural contemplado pelo programa.

mineração e comunidades rurais. Ao longo de sua trajetória, o programa transcendeu a lógica meramente compensatória e consolidou-se como uma política de desenvolvimento genuíno, construída sobre diagnóstico territorial rigoroso, escuta ativa, assistência técnica qualificada e respeito à autonomia do produtor.

Os resultados alcançados demonstram que o investimento social direcionado transforma realidades. As propriedades se tornam mais produtivas, infraestruturas são fortalecidas e as práticas são mais sustentáveis, tudo isso juntos geram reflexos concretos de vínculos de confiança e corresponsabilidade edificados ao longo dos anos.

Mais do que números, o programa revela pessoas, famílias que encontraram no programa uma oportunidade real de crescimento. Essa é a essência de uma mineração responsável: construir pontes sólidas com as comunidades, gerar valor compartilhado e demonstrar, na prática, que mineração e desenvolvimento rural podem, e devem, caminhar juntos, em benefício do território e das futuras gerações. □

Referências bibliográficas e Autores

ERM Brasil. Programa de Apoio à Área Rural da Mina Chapada: Relatório Final, julho de 2023.

Fabiana Guedes dos Santos - graduada em Serviço Social pela Universidade Norte do Paraná há 10 anos e especialista em perícia socioeconômica. Possui experiência como Assistente Social e atuação consolidada em performance social no setor mineral, com mais de quatro anos de experiência em relacionamento com comunidades, gestão de stakeholders e desenvolvimento de programas de investimento social. Atualmente exerce a função de Analista de Performance Social na Lundin Mining Brasil – Unidade Chapada.

Josielle Padilha Silvestre – especialista em performance social no setor mineral, com mais de 20 anos de experiência em relacionamento com comunidades, gestão de stakeholders e implantação de programas de investimento social. Graduada em Serviço Social pela Universidade Paulista e em Biologia pela Universidade Estadual de Goiás, possui pós-graduação em Gestão Social e Desenvolvimento Local e atualmente exerce a função de Coordenadora de Performance Social na Lundin Mining Brasil – Chapada.

PROJETO

PROGRAMA SAÚDE NA ROÇA



Atendimento com Aferição de Pressão da comunitária



Unidade Móvel Básica de Saúde

INTRODUÇÃO

A assinatura do Projeto inédito no país reflete o que a CMOC Brasil acredita ser o mais importante quando falamos em contribuir para o desenvolvimento dos territórios onde atuamos: FOCO NAS PESSOAS. Nossa estratégia inclui Investimentos Sociais dando relevância social e autonomia aos territórios, em busca da maximização de impactos positivos da empresa, em programas que procuram fortalecer Políticas Públicas e, consequentemente, contribuir para a qualidade de vida da população.

JUSTIFICATIVA

Entre os projetos de destaque, o Programa Saúde na Roça, demonstra a missão de contribuir para o desenvolvimento social dos territórios onde a CMOC Brasil atua, somando esforços para transformar

a realidade dos públicos atendidos por seus programas. Guiada pelo propósito de “melhorar a vida e transformar o futuro” a CMOC Brasil visa a promoção do desenvolvimento de comunidades e de territórios para que tenham maior proteção social e acesso a direitos essenciais.

Ao contribuir para a atenção básica em saúde e proteção social em parceria com administrações públicas municipais, espera-se também contribuir para a resolutividade da atenção primária e aliviar demandas de alta complexidade. Mesmo com a iniciativa da CMOC Brasil na estruturação do Projeto, houve a colaboração do terceiro setor, através do sistema “S”, com o Sesi para a viabilidade logística do projeto.

OBJETIVO

O Programa Saúde na Roça, elaborado e criado de maneira voluntária e deliberada pela

empresa, tem a iniciativa com seguimento aos preceitos dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS 3 e 10), que visa assegurar uma vida saudável e o bem estar para todos. Mais uma vez: O foco é fortalecer a atenção básica, porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS), com respeito as especificidades das comunidades rurais, com foco na redução das desigualdades sociais.

Nossas ações são realizadas, desde que sejam identificadas a partir de estudos socioeconômicos e/ou consideradas prioritárias pela comunidade onde a CMOC Brasil atua de forma a ser um catalisador do desenvolvimento local buscando colaborar com o desenvolvimento socioeconômico e ambiental dos territórios com o estabelecimento de parcerias intersetoriais com vistas a deixar um legado positivo, na ratificação da Licença Social para Operar (LSO).

DESCRIÇÃO DO PROCESSO E METODOLOGIA

Aspectos sociais e socioeconômicos

A ideia de criação do Programa Saúde na Roça, seguiu o resultado do Diagnóstico Socioeconômico do retrato social do território de atuação da CMOC Brasil, de seu empreen-

dimento, com base na análise de indicadores históricos/políticos, demográficos, econômicos e, claro de saúde. Todo o cuidado na análise dos dados foi tomada, pois qualquer diagnóstico deve-se respeitar a dinamicidade do território que está sujeito a transformações conforme variam os fenômenos que compõem a estrutura socioeconômica local.

Esse tipo de análise é relevante para uma relação mais harmoniosa e assertiva por parte da CMOC, que possibilita o estabelecimento de ações, planos corporativos, projetos e programas mais conectados com a realidade local, como é o caso do Programa Saúde na Roça.

Desafios do acesso à Saúde nas Comunidade Rurais de Catalão e Ouvidor

O número de leitos hospitalares é um indicador relevante da estrutura disponível para atendimento à população. Em Catalão e Ouvidor, verificam-se variações nesse indicador ao longo do tempo. Considerando o crescimento populacional e, sobretudo, a tendência de envelhecimento observada nos dois municípios, é razoável esperar que a oferta de leitos acompanhe essas transformações demográficas.

Hospitais de Catalão e Ouvidor

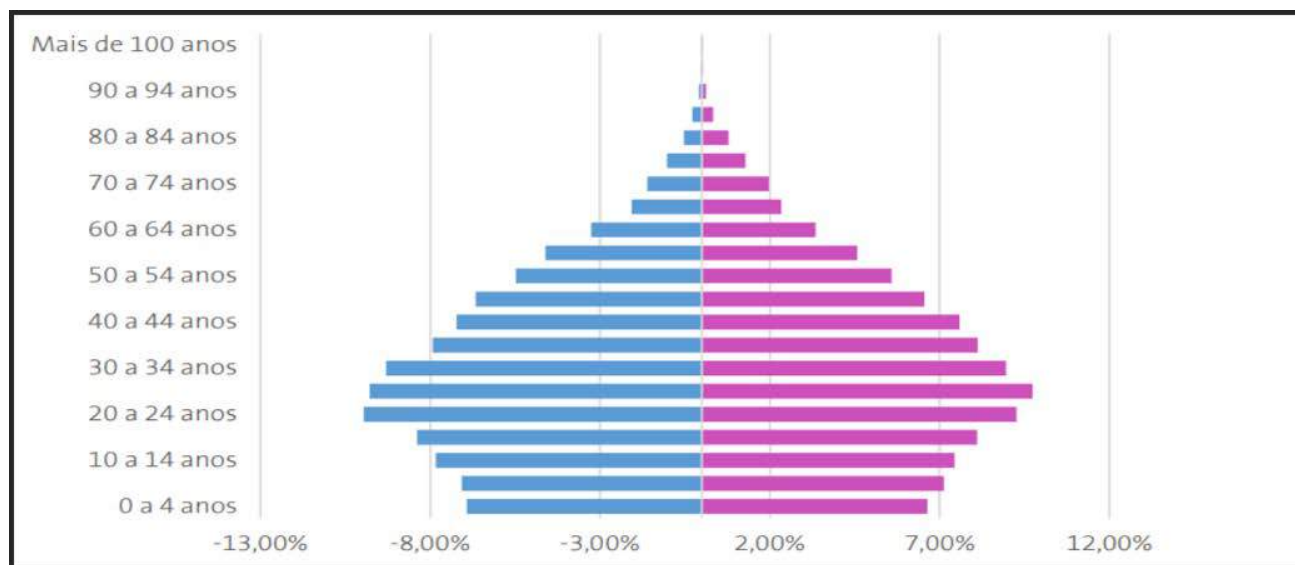
Município	Nome do Hospital
Catalão	Hospital Materno Infantil William Safatle
Catalão	Santa Casa de Misericórdia de Catalão
Catalão	Hospital São Nicolau
Catalão	Hospital Nasr Fayad
Catalão	Unidade de Pronto Atendimento - Dr. Jamil Sebba - UPA 24h
Ouvidor	Hospital Municipal Santo Antônio Ouvidor

Unidades Básicas de Saúde – Catalão e Ouvidor

Município	Localização
Catalão	Unidade Básica de Saúde – Bairro Universitário
Catalão	UBS João Moreira de Castro – Bairro São João
Catalão	UBS/ESF – Bairro Ipanema
Catalão	UBSF Dr. Lamartine Pinto de Avelar – Bairro Santo Antônio
Ouvidor	UBS – Estrada Paraíso (local está em obra).
Ouvidor	UBS – Bairro Centro

A população da zona rural, em entrevistas, relatou a falta de profissionais nas UBS, e UPA, bem como a demora para atendimento na Unidade de Pronto Atendimento.

Envelhecimento da População de Catalão e Ouvidor



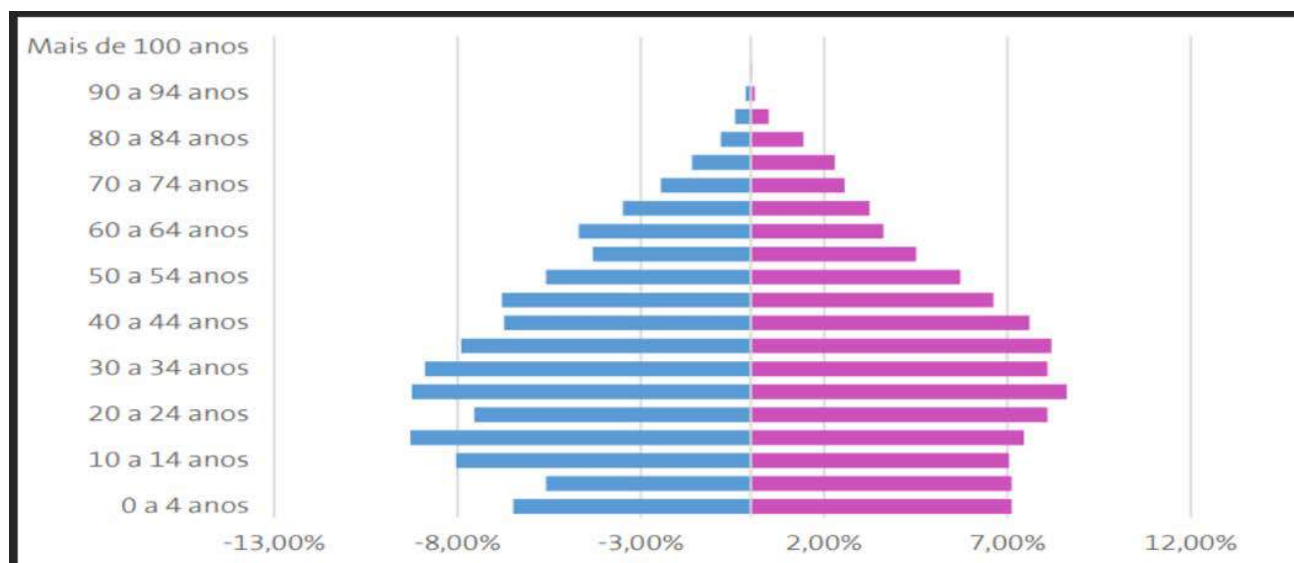
O Censo Demográfico de 2022 – Catalão

Homens **50,25%**

Mulheres **49,75%**

Em Catalão, **66,18%** da população possui entre **20 e 69 anos**

Pirâmide Etária de Ouvidor



O Censo Demográfico de 2022 – Ouvidor

Homens **51,42%**

Mulheres **48,58%**

Em Ouvidor, **64,77%** da população
possui entre **20 e 69 anos**

Diagnóstico SocioEconômico de Catalão e Ouvidor

- Analisando as condições demográficas da população rural, percebe-se que a maioria (66%) das propriedades ainda possuem moradores fixos, que não tem residência alternativa na cidade.
- As comunidades pesquisadas, foram definidas pelo critério de proximidade com as operações da CMOC, em um raio de 5 quilômetros, identificando-se 14 ao todo: 1)

Coqueiros; 2) Córrego Fundo; 3) Coruja; 4) Macaúba; 5) Mandaguari; 6) Mata Preta; 7) Morro Agudo; 8) Ouvidor dos Cláudios; 9) Ouvidor dos Rodrigues; 10) Ouvidor da Taquara; 11) Ribeirão Samambaia; 12) Santo Antônio do Ouvidor; 13) Vale dos Buritis; 14) Paraíso de Cima e 15) Paraíso do Meio.

- A população pesquisada segue a mesma premissa nacional, tendo como público predominante, pessoas com idade média de 50 anos, com maioria na faixa etária acima dos 80 anos.

● Questões relacionadas à saúde, destaca-se que às patologias mais incidentes (hipertensão, diabetes, problemas pulmonares e cardiopatias), são doenças que podem ser evitadas de forma preventiva, conforme apontado pela Organização Mundial de Saúde – OMS.

● Em se tratando de atendimento médico, praticamente 80% da população local necessita do atendimento público, em sua maioria realizados na cidade. Mas por limitação de locomoção ou tempo, o atendimento é realizado em desalinhamento com a necessidade e urgência, deixando de fornecer o devido tratamento. Os vizinhos relatam que a única ação de saúde nas comunidades é a visita do agente de saúde, que muitas vezes não acontece com a devida intensidade .

PROGRAMA SAÚDE NA ROÇA - SURGIMENTO

A partir de todas as informações acima, nasceu o Programa Saúde na Roça. O “Saúde na Roça” é mais do que uma solução prática: é um compromisso com a saúde e o bem estar de quem vive e trabalha em nossas áreas rurais. Ao levar esses serviços diretamente às comunidades, o projeto promove inclusão, equidade e dignidade para todos os beneficiados, reforçando o compromisso e engajamento da CMOC com a Comunidade.

Apresenta como MISSÃO: levar cuidados médicos e odontológicos às Comunidades Rurais, de forma humanizada. Visa PROMOVER: Qualidade de vida, Dignidade e Valorização dos Moradores da Região, com o reconhecimento de sua importância para o Desenvolvimento Local. PROPORCIONA: ATENDIMENTOS SEMANAIS

REGULARES - consultas médicas com Clínico Geral + suporte de uma Técnica em Enfermagem.

Coletas de Exames Clínicos de Check-Up básico e direcionamento a especialistas e ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO - serviços básicos: limpeza/profilaxia bucal, tratamentos simples de cáries e cuidados periodontais.

Desenvolvimento do “Saúde na Roça”

● Oferecer Apoio na Área de Saúde (Consultas Médicas e Dentárias – Anamnese Inicial) às pessoas das Comunidades Rurais que residem próximo da CMOC.

● Projeto e/ou ações de orientação e prevenção de doenças com alto índice de incidência local: hipertensão, diabetes, problemas pulmonares e cardiopatias.

● Ações de prevenção de doenças e monitoramento de famílias vulneráveis.

● Informar a população rural local, sobre a importância de se manter a saúde em dia, garantindo uma longevidade e senioridade maior.

● INFRAESTRUTURA SANITÁRIA - Cada ponto de atendimento terá 2 banheiros químicos

● MANUTENÇÃO - A empresa locadora será responsável pela higienização diária.

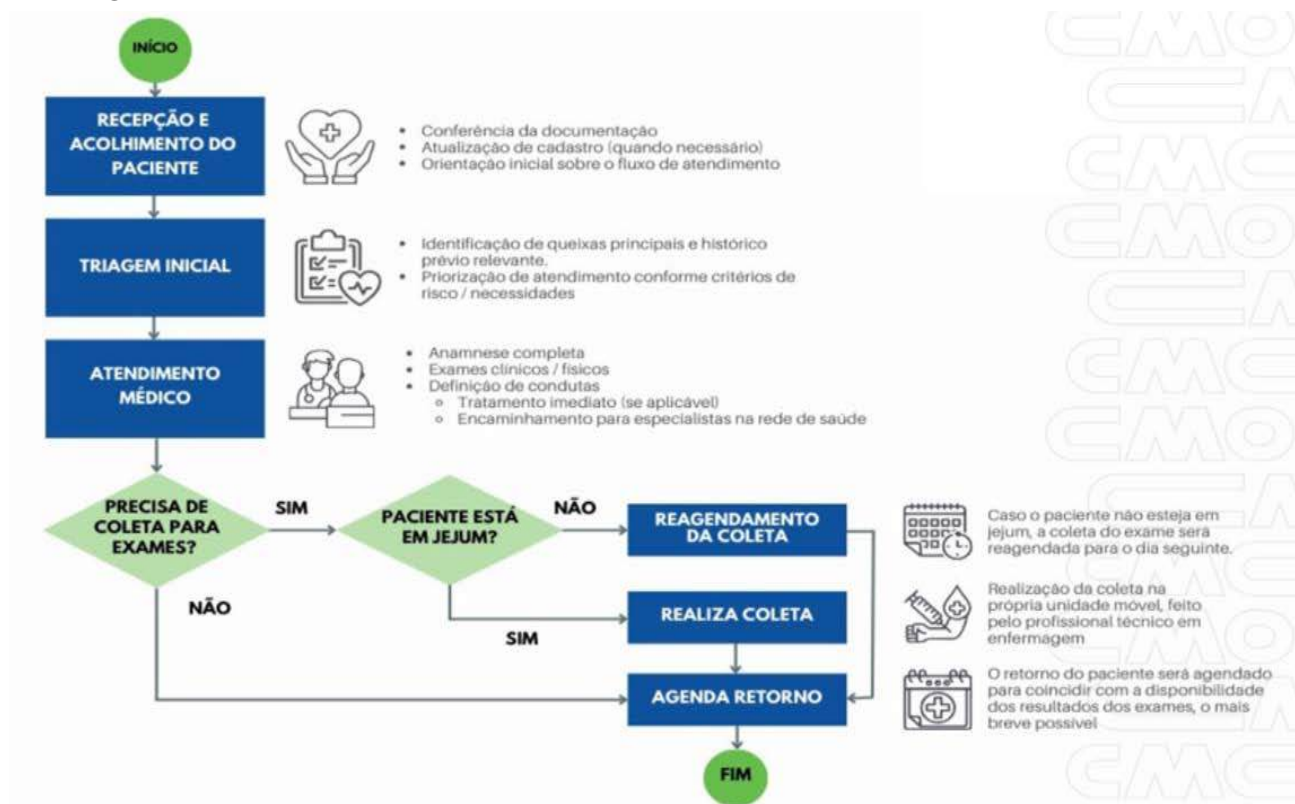
● PLANEJAMENTO - Instalação alinhada ao cronograma de atendimento, garantindo disponibilidade nos locais definidos.

● Exames laboratoriais: Acompanha o envio de amostras coletadas ao SESI/SENAI Catalão e gerencia os resultados, anexando-os aos prontuários.

● Coleta: Realizada pela Técnica em Enfermagem e encaminhada ao laboratório credenciado pelo SESI Catalão. Exames realizados: Exames de sangue e clínicos

básicos, conforme demanda e análise do médico. (Hemograma completo, Glicemia em Jejum, Perfil Lipídico, Creatinina, Ureia, TSH, T3, T4, TGO, TGP E PSA)

Fluxograma de Atendimento



RESULTADOS OBTIDOS, BENEFÍCIOS GERADOS E ANÁLISE DESTES

Impacto Positivo nas Comunidades

O impacto analisado considera não apenas os números absolutos, mas também tendências, padrões de comportamento da demanda, sazonalidade, eficiência do modelo móvel e sua contribuição efetiva para a rede de atenção à saúde, especialmente em territórios com limitações de acesso a serviços fixos.

O total de 854 atendimentos, 223 encaminhamentos para especialistas e 224

exames coletados na Unidade Médica de Saúde e de 157 atendimentos para a Unidade Odontológica, desenvolvido nas 15 comunidades em nossas áreas de influência de nossas operações, demonstra uma demanda consistente, estável e socialmente relevante para as comunidades da zona rural de Catalão e Ouvidor, no estado de Goiás.

Capacidade Operacional e Sustentabilidade da Execução

A execução dos atendimentos efetivos pelas Unidade Móvel de Saúde e Odontológica demonstra robustez operacional, estabele-



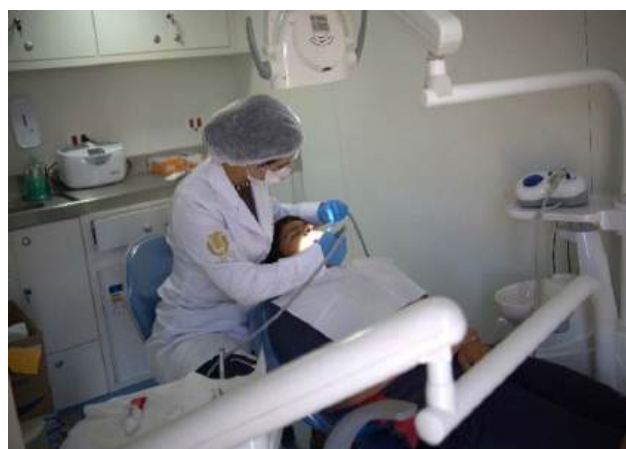
Unidade Móvel Básica de Saúde



Unidades Móveis em deslocamento na Zona Rural



Comunidade no atendimento na Zona Rural



Dentista em atendimento na Comunidade

dade logística e capacidade de manutenção contínua do serviço, elementos essenciais para ações de médio e longo prazo.

A progressão dos dias de execução ao longo dos meses evidencia um processo de amadurecimento da operação, no qual ajustes iniciais deram lugar a uma atuação mais intensa e estratégica a cada momento.

Esse padrão indica:

- Aprimoramento da logística de deslocamento;
- Maior previsibilidade das agendas comunitárias;
- Otimização do uso dos recursos humanos e materiais.

- As médias diárias de atendimento variando entre 5,5 e 8,66 pacientes/dia apontam
- Ritmo de atendimento adequado à complexidade dos casos.
- Qualidade preservada sem sobrecarga da equipe.
- Existência de margem técnica para ampliação futura da capacidade.

Equilíbrio de Gênero como Indicador de Acesso

A distribuição praticamente igual entre homens e mulheres é um indicador altamente positivo, pois demonstra que o modelo móvel.

- Reduz barreiras culturais e geográficas.
- Facilita o acesso do público masculino.
- Contribui para maior equidade em saúde.
- Serviço, pois demonstra capacidade de:
- Identificar precocemente agravos à saúde;
- Evitar agravamentos e internações futuras;
- Integrar ações preventivas e assistenciais.

A variação mensal das coletas acompanha a dinâmica dos atendimentos, reforçando a coerência entre demanda, diagnóstico e encaminhamento.

Encaminhamentos e Articulação com a Rede de Saúde

Os encaminhamentos realizados refletem qualidade técnica na avaliação clínica e atuação alinhada aos princípios da atenção primária. As Unidades Móveis atuam como:

- Porta de entrada qualificada;
- Filtro assistencial;
- Elemento de integração da rede, tendo o papel de contribuir diretamente para otimização dos recursos

Conclusões e Considerações Finais

A análise aprofundada evidencia que as Unidades Móveis cumprem de forma eficaz seu papel assistencial, social e estratégico, apresentando resultados expressivos, impacto positivo na população atendida e grande potencial de ampliação e aprimoramento. Os dados analisados sustentam a sustentabilidade do projeto, bem como sua expansão qualificada, alinhada às necessidades reais dos territórios/comunidades atendidas.

Mais do que levar serviços, o Saúde na



Comunitários Satisfeitos com o atendimento na Comunidade Rural

Roça busca construir soluções integradas e conectadas às reais necessidades das pessoas, reforçando nosso compromisso com o cuidado, a transformação e o desenvolvimento social das comunidades onde estamos presente, sendo o projeto parte essencial do Desenvolvimento Sustentável das comunidades onde atuamos.

Referências Bibliográficas

- Entrevistas
- Indicadores e KPI's de Acompanhamento do SESI
- Pesquisa de Satisfação

Mini Currículo do Autor do Projeto

Idealizador do Projeto:

Davidson Alessandro de Miranda

Formação:

Mestrado em Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável pela ESDHC em MG.

Experiência: Mais de 15 anos de atuação no mercado de mineração tratando de assuntos no âmbito do Relacionamento com as Comunidades, Desenvolvimento Territorial e Licença Social para Operar. □

PROJETO

PROJETO RAÍZES – HISTÓRIAS, MEMÓRIAS E IDENTIDADES AFRO-INDÍGENAS



Sobre o Projeto

O Projeto Raízes é uma iniciativa de educação, cultura e valorização das identidades afro-brasileiras e indígenas, desenvolvida em parceria com a Secretaria de Educação de Irecê (BA). Seu propósito é fortalecer a educação antirracista, promover a memória coletiva e ampliar o reconhecimento das contribuições históricas, culturais e sociais dos povos negro e indígena na formação do Brasil.

A iniciativa já foi realizada anteriormente no município, por meio de recursos

incentivados via Lei Federal de Incentivo à Cultura, alcançando resultados relevantes na formação de educadores, no desenvolvimento de atividades culturais com estudantes e na doação de acervos e instrumentos pedagógicos para escolas públicas. Essa experiência prévia consolidou a metodologia do projeto e evidenciou seu potencial de transformação social no território.

Neste novo ciclo, o Projeto Raízes será implementado com investimento direto da empresa, ampliando seu alcance e fortalecendo sua continuidade como ação

estruturante de responsabilidade social. A iniciativa envolve a formação de 60 educadores, a criação de acervos culturais, oficinas, rodas de conversa, práticas pedagógicas decoloniais e ações de celebração artística que resgatem saberes tradicionais. O projeto valoriza a pluralidade identitária e contribui para ambientes escolares mais inclusivos, democráticos e representativos.

Alinhado às Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, o Raízes reforça o compromisso com uma educação pública plural, respeitosa e transformadora, reconhecendo o papel da escola como espaço estratégico de combate ao racismo estrutural e à invisibilização histórica. O Projeto Raízes configura-se como uma iniciativa contínua, estruturada em ciclos, com uma primeira edição realizada em 2024 e uma nova etapa prevista para 2026, evidenciando sua evolução de um modelo incentivado para um modelo de investimento social direto, com ampliação de escala, impacto e sustentabilidade.

Introdução, Justificativa e Contextualização

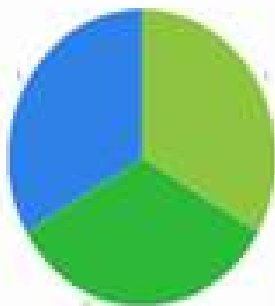
O Brasil carrega profundas desigualdades raciais e uma história marcada por violências e apagamentos culturais. A ausência de conteúdos afro-brasileiros e indígenas nos currículos escolares impacta diretamente a autoestima, o pertencimento e o desempenho de crianças e adolescentes.

Dados de IBGE, PNAD e FGV, citados no PDF original do projeto, revelam que jovens negros enfrentam maiores taxas de evasão escolar e menor acesso ao ensino superior — sinalizando a urgência de intervenções educativas voltadas à equidade racial.



QUANTIDADE DE OFICINAS AOS PROFESSORES

■ EMI Galvani - Aracaju Terceiro
 ■ EMI - José Francisco Neves
 ■ EMI - Sando Carlos Reis



TOTAL DE TURMAS: 3

TOTAL DE OFICINAS
PARA CADA TURMA: **8**

QUANTIDADE DE PROFESSORES BENEFICIADOS

■ EMI Galvani - Aracaju Terceiro
 ■ EMI - José Francisco Neves
 ■ EMI - Sando Carlos Reis



PÚBLICO ATINGIDO:

60

Diante desse cenário, o Projeto Raízes surge como resposta estruturante:

- resgata tradições, saberes e identidades afro-indígenas;
- fortalece o papel da escola como território de memória e resistência;
- amplia o repertório teórico e prático dos educadores;
- contribui para a construção de uma sociedade mais justa, diversa e democrática.

O projeto também reforça o compromisso da Galvani com responsabilidade social, diversidade, educação comunitária e fortalecimento da licença social para operar, alinhando-se aos pilares corporativos apresentados no PDF.

Objetivo Geral

Promover a conscientização, o reconhecimento e a valorização das culturas afro-brasileira e indígena no município de Irecê, por meio da formação de educadores, da implantação de práticas pedagógicas antirracistas e da construção de espaços escolares que celebrem memórias, identidades e tradições.

Origem da Iniciativa

O projeto foi idealizado por Arnobson dos Santos Costa — educador, formador antirracista e criador de metodologia própria de educação para relações étnico-raciais — e chega à Galvani como oportunidade concreta de investimento social estruturante e de alto impacto comunitário. Sua implementação integra a agenda estratégica de responsabilidade social da empresa e fortalece o relacionamento com comunidades do Território de Irecê, onde a companhia possui atuação relevante.

A primeira edição do projeto, realizada em 2024, validou a metodologia proposta e demonstrou alto potencial de impacto educacional e cultural, viabilizando sua continuidade e expansão no novo ciclo com recursos próprios.

Descrição do Projeto

O Projeto Raízes desenvolve um minicurso formativo de 40 horas, dividido em 6 módulos, baseado em metodologias ativas, educação decolonial e abordagem antirracista.

Estrutura técnica e pedagógica:

- Aulas dialogadas e rodas de conversa;



- Oficinas práticas com produção de materiais culturais;
- Palestras com especialistas afro-indígenas;
- Dramatizações e dinâmicas corporais;
- Análise crítica de mídias (músicas, filmes, literatura);
- Construção de projetos de intervenção;
- Implantação de acervos culturais afro-indígenas nas escolas.

Conteúdo programático (Módulos)

1. História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena – legislação, políticas públicas, educação quilombola.

2. Racismo Estrutural e Institucional – identidades, microagressões, privilégio.

3. Kemet e Civilização Africana – legado histórico e apagamentos.

4. Educação Antirracista e Decolonialidade – interseccionalidades e práticas decoloniais.

5. Praxe Pedagógica Antirracista – gestão, coordenação e estudos de caso.

6. Projetos de Intervenção – Caminhos da Diversidade – construção de ações para cada escola.



Comunidade Beneficiada

- Educadores da Rede Municipal de Irecê (BA): 60 formados
- Escolas Impactadas: 33 unidades
- Alunos Beneficiados Indiretamente: 1.200+ estudantes

As formações alcançam pedagogos, professores, coordenadores e gestores escolares, ampliando o impacto para famílias e comunidades tradicionais do município.

Ação Cultural e Educativa

Ao final do projeto será realizada uma Cerimônia Cultural de encerramento, com:

- Apresentações artísticas das crianças;
- Uso de instrumentos musicais e figurinos tradicionais adquiridos pelo projeto;
- Exposição dos acervos culturais criados nas escolas;
- Homenagem aos educadores formados

RESULTADOS ESPERADOS

O Projeto Raízes apresenta resultados consistentes e comprovados, tendo sido previamente executado por meio de recursos incentivados via Lei Federal de Incentivo à Cultura, com impactos positivos já mensurados no município de Irecê (BA).

Na edição anterior, o projeto promoveu

a formação de educadores e atividades culturais com estudantes, incluindo oficinas de literatura afro-brasileira e artes cênicas, além da doação de acervos culturais e instrumentos musicais para escolas públicas, beneficiando diretamente professores, alunos e comunidades escolares.

Neste novo ciclo, o Projeto Raízes será realizado com investimento direto da empresa (verba própria), consolidando a iniciativa como uma ação estratégica de responsabilidade social e ampliando seu potencial de continuidade, autonomia e impacto territorial.

A consolidação do Projeto Raízes em ciclos sucessivos reforça seu caráter estruturante, transformando-o de uma ação pontual em uma política contínua de investimento social no território.

Resultados Quantitativos (novo ciclo)

- Formação de 60 educadores da rede pública municipal em educação antirracista
- Impacto direto em 33 escolas públicas municipais
- Alcance indireto de mais de 1.200 estudantes
- Desenvolvimento de projetos de intervenção pedagógica aplicados nas escolas
- Implantação e/ou fortalecimento de acervos culturais afro-indígenas nas unidades escolares

Resultados Qualitativos

- Consolidação de práticas pedagógicas antirracistas já iniciadas no ciclo anterior
- Ampliação da consciência crítica sobre racismo estrutural no ambiente escolar



- Fortalecimento da identidade cultural e autoestima de estudantes negros e indígenas
- Integração efetiva das temáticas afro-brasileiras e indígenas ao currículo escolar
- Evolução da escola como espaço de diversidade, pertencimento e equidade

Resultados Institucionais e Estratégicos

- Transição de um modelo incentivado para um modelo de investimento social privado direto, demonstrando maturidade e compromisso contínuo da empresa
- Fortalecimento da licença social para operar da Galvani no território de Irecê



- Geração de valor reputacional e ESG, com impacto direto no pilar social
- Consolidação do projeto como case replicável para outras regiões de atuação da empresa

Sustentabilidade e Legado

- Continuidade das ações iniciadas no projeto anterior, garantindo perenidade do impacto
- Formação de educadores como agentes multiplicadores permanentes
- Manutenção e uso contínuo dos acervos culturais e materiais pedagógicos já implementados
- Potencial de expansão do projeto para novos ciclos e territórios

Conformidade Legal e Referências Normativas

O projeto está alinhado e em conformidade com:

- Lei 10.639/2003 – Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira;

- Lei 11.645/2008 – Inclusão da História e Cultura Indígena;
- Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais;
- BNCC – Competências gerais e especificidades culturais.

Autores do Projeto

Idealizador e Coordenador:

Arnobson dos Santos Costa
Gestor da 1ª Escola Quilombola Lixo Zero, formador antirracista, criador de metodologia própria para educação étnico-racial, embaixador Lixo Zero e Luz na Educação, doutorando em Geografia e finalista do prêmio Luz na Educação, Rede Globo.

Empresa e Equipe Executora

Galvani – FOSNOR Fosfatados do Norte-Nordeste S/A

Equipe de Responsabilidade Social Corporativa





BRASMIN

IV FEIRA DA INDÚSTRIA DA MINERAÇÃO



15 a 17 | JUNHO | 2027
GOIÂNIA - GOIÁS

www.brasmin.com.br

Patrocínio



Realização



Organização



Promoção



Mídia Oficial



SIGA NOSSAS
REDES SOCIAIS



PROJETO

SALA DE ACOMODAÇÃO SENSORIAL

A REVOLUÇÃO DE ACOLHER AS CRIANÇAS NEURODIVERGENTES NA REDE PÚBLICA DE ENSINO



Visita Técnica do espaço disponível na escola

Introdução e contextualização

Durante o planejamento de investimento social da Mosaic em 2025, surgiu a ideia de beneficiar a Escola Municipal Arthur de Mello Teixeira, cuja Mosaic, desde 2022, qualificou práticas pedagógicas, implantou projetos sociais e aproximou empresa, escola e poder público. A partir de escuta empática e análise do cotidiano escolar, emergiu uma demanda fora do portfólio tradicional da empresa: a criação de um espaço para regulação sensorial — inexistente na rede pública local, com experiências semelhantes no setor privado. A diretora Najara dos

Santos, mais conhecida na comunidade como a ‘Naná’, trouxe a realidade da escola, uma situação que estava impactando a rotina. O número de alunos com deficiência crescia, motivo pelo qual a escola precisa se reinventar para ofertar qualidade de ensino e acolhimento para este público. Ao olhar o cenário do país, o Brasil registra avanço expressivo da inclusão escolar. Em 2023, as matrículas da Educação Especial chegaram a 1,8 milhão, ante 640 mil, há 15 anos, refletindo políticas públicas e a consolidação do paradigma inclusivo. Entre estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA),



o avanço é notório: entre 2022 e 2023, as matrículas cresceram 48% nas escolas brasileiras, evidenciando maior identificação de necessidades e acesso à escola regular. Em paralelo, o Censo Demográfico 2022 divulgou pela primeira vez a estimativa de 2,4 milhões de pessoas autistas no país, reforçando a urgência de infraestrutura acessível e suporte técnico à rede pública.

Apesar dos avanços, persistem gargalos estruturais: apenas 41% do público da Educação Especial acessa o Atendimento Educacional Especializado (AEE); ainda há barreiras e falta de salas de recursos em muitas escolas, o que demanda soluções pedagógicas e terapêuticas mais robustas.

Ao estudar o cenário, a Mosaic percebe o que a Escola Arthur de Mello Teixeira estava tentando evidenciar. “Estar num cenário deste não é fácil e me preocupa a sobrecarga dos meus professores e profes-

sionais de apoio. A tendência é receber mais crianças e me sinto na obrigação de estar mais preparada...”, contextualizou a diretora desta unidade escolar que está situada no Bairro Uberaba 1, um dos mais vulneráveis da cidade.

Segundo a diretora, educadores relataram situações frequentes de desorganização sensorial, crises, dificuldades de autorregulação e impacto direto no processo de aprendizagem — sobretudo entre estudantes com TEA, deficiência intelectual e múltiplas deficiências. A Mosaic assim contratou duas instituições especializadas — a Neurohabilitar e a Movere — que aportaram conhecimento juntamente com a equipe social da Mosaic e profissionais da educação do município.

Sem dúvida é um projeto inovador, construído a partir do território, que responde diretamente às necessidades de 35 alunos



Sala montada, devidamente climatizada, com controle de iluminação e som

com deficiência desta escola e representa um salto qualitativo para a inclusão escolar em Uberaba. A iniciativa demonstra como relações duradouras, escuta ativa e investimento social estratégico podem transformar desafios reais da comunidade em soluções estruturantes e replicáveis.

Objetivo

Criar um projeto com modelo replicável, conectando empresa, rede pública e comunidade, alinhado à agenda ESG e à licença social para operar.

Neste projeto, é prioridade qualificar o atendimento aos estudantes por meio

da implantação e uso pedagógico da Sala de Acomodação Sensorial, incluindo formação de educadores e protocolos de segurança e registro. O foco é na autorregulação e redução do estresse e desorganização sensorial, ampliando participação, permanência e bem-estar nas atividades escolares. É necessário um ambiente seguro e estruturado, que apoie o desenvolvimento global (cognitivo, motor e emocional) de 35 estudantes diretamente beneficiados.

Metodologia e etapas de execução

A metodologia foi construída em conjunto, por se tratar de um projeto pioneiro. Começando com uma articulação institucional: a Mosaic abriu um canal de diálogo com a Secretaria Municipal de Educação de Uberaba para avaliar, de forma conjunta, a necessidade apontada pela Escola Municipal Arthur de Mello Teixeira. Essa escuta com o poder público e com a gestão escolar permitiu validar a demanda como prioritária para a rede em alinhamento à política local de inclusão. Em seguida, a equipe conduziu um diagnóstico inicial com a escola, levantando demandas pedagógicas, fun-



Modelo placa descerramento



cionais e de segurança; mapeando o perfil dos estudantes; e avaliando o espaço físico disponível, de modo a embasar decisões técnicas desde o início.

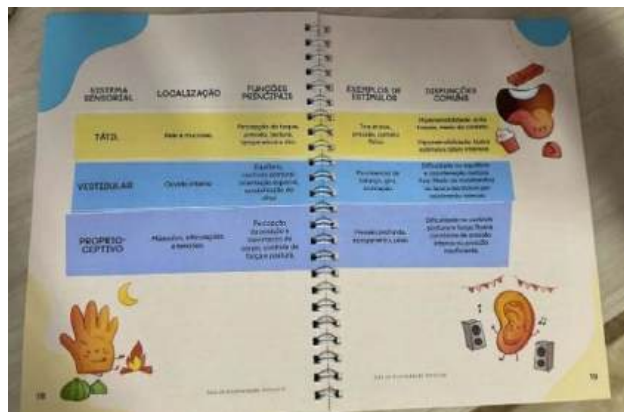
O layout e a ambientação sensorial foram fechados garantindo aderência ao fluxo escolar. Foram sugeridos mobiliário e equipamentos específicos, indicados fornecedores e construído um orçamento preliminar. Os requisitos de segurança e acessibilidade foram tratados como condicionantes de projeto — contemplando fixação adequada de equipamentos, circulação segura, iluminação regulável, texturas e zonas de estímulos diferenciadas.

A etapa de montagem contemplou acompanhamento da aquisição de materiais, apoio logístico às entregas e a instalação dos recursos.

Ciente de que a sustentabilidade do projeto depende da autonomia da rede, a Mo-saic estruturou uma frente robusta de capacitação da equipe escolar. Em setembro, 24 profissionais — professores de apoio, docentes e coordenadores — participaram de formação introdutória em neurodiversidade e integração sensorial, com ênfase em uso seguro dos equipamentos, protocolo de registro de uso e correlação entre objetivos pedagógicos e estratégias de regulação. A vivência incluiu simulações práticas com base no perfil de duas crianças com Transtorno do Desenvolvimento, favorecendo a transposição didática dos recursos para situações reais de sala de aula.

A escola consolidará um relatório anual para mensurar evolução de autorregulação, permanência em atividades, participação e impactos na convivência escolar, orientando eventuais readaptações no uso do espaço.

Todo o processo foi documentado em um Manual Técnico de Uso, contendo recomendações personalizadas, protocolos de segurança e orientações para integração do ambiente sensorial ao planejamento pedagógico.



Manual Técnico - Uso da Sala Acomodação Sensorial

Consolidação dos resultados

Descrever os resultados desse projeto é, por si só, um exercício de reconhecimento da natureza profundamente humana e complexa da inclusão escolar. Embora cerca de 35 crianças tenham sido diretamente beneficiadas pela implantação da Sala de Acomodação, os impactos mais significativos ultrapassam qualquer métrica quantitativa. Os ganhos intangíveis — aqueles que não cabem em planilhas ou gráficos — são os que verdadeiramente transformam a experiência escolar dessas crianças, suas famílias e toda a equipe pedagógica.

No campo do investimento social privado, é comum que empresas busquem números extraordinários para comunicar seus resultados: milhares de pessoas alcançadas, centenas de horas de treinamento, grandes economias geradas. No entanto, este projeto exigiu outro tipo de coragem: assumir um

legado social cujo maior valor está no que não pode ser medido facilmente. A Mosaic escolheu trilhar um caminho menos comum no setor, priorizando qualidade, profundidade e inovação, mesmo sabendo que os indicadores mais relevantes não seriam volumosos, mas sim transformadores para este público minorizado.

Os resultados observados na Escola Municipal Arthur de Mello Teixeira incluem avanços na regulação sensorial, na autonomia, na capacidade de participação e no bem-estar emocional dos estudantes. Professores relatam que crianças que antes tinham dificuldade de permanecer em sala agora conseguem participar por períodos mais longos, demonstrando mais tranquilidade e maior engajamento nas atividades. Outras passaram a ter um espaço seguro para reorganização sensorial, evitando episódios de sobrecarga que antes impactavam

não apenas o aprendizado, mas também sua autoestima e percepção de pertencimento. São impactos silenciosos, mas fundamentais — e totalmente alinhados ao que a literatura educacional e neurocientífica defende como condições para uma aprendizagem significativa.

Além disso, o projeto gerou benefícios institucionais que reverberam para além dos alunos atendidos. A equipe escolar passou por um processo de fortalecimento profissional, ampliando seus conhecimentos sobre neurodiversidade e criando novas estratégias de acolhimento. A escola ganhou confiança para lidar com situações que antes geravam insegurança, e o território passou a contar com uma referência inédita na rede pública. Esse fortalecimento, embora intangível, cria um efeito cascata duradouro — influenciando práticas pedagógicas, inspirando outras unidades e

Sala de Acomodação Sensorial

Acreditamos que educação de qualidade passa pela inclusão. Esse espaço foi pensado para **acolher alunos com deficiências e neurodivergências**, oferecendo um ambiente seguro e adaptado para estimular o desenvolvimento cognitivo, motor e emocional.

Escola Arthur de Melo Teixeira

35 Alunos com deficiência

Primeira sala sensorial em uma escola pública, em Uberaba.

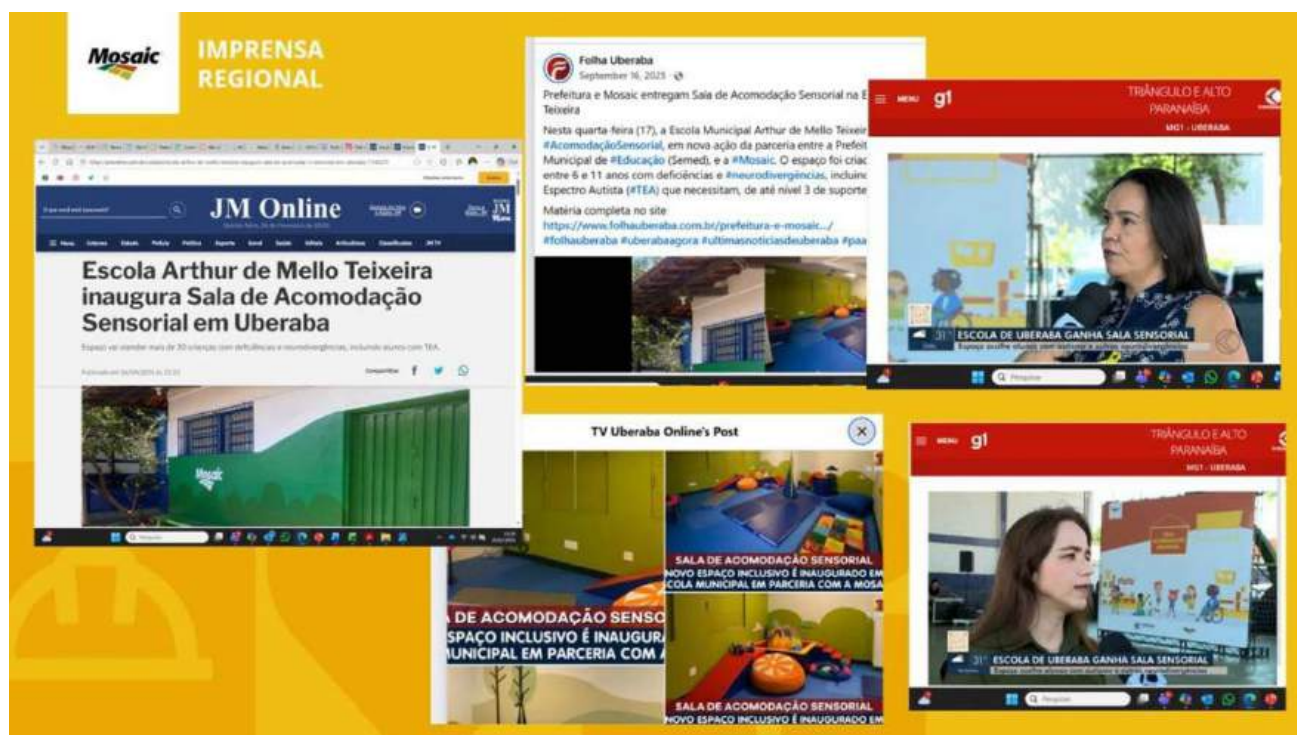
Entregas 2025

Desenvolvimento do projeto, entrega da sala e treinamento para uso da sala com consultoria especializada.

Parceiros
Escola e poder público local.

Soluções terapêuticas para a regulação do sistema nervoso.

Relatório Social Mosaic no Brasil e Paraguai – 2025



ampliando a capacidade da rede municipal de Uberaba em responder às necessidades de sua comunidade.

A implementação da sala também contribuiu para reforçar o posicionamento da Mosaic como uma empresa que escuta, aprende e inova em parceria com o território, ampliando sua visão de impacto social e abrindo espaço para soluções que não estavam originalmente em seu portfólio. Esse movimento representa um marco importante no investimento social privado do setor mineral: provar que projetos profundos, personalizados e centrados na pessoa podem — e devem — coexistir com iniciativas de grande escala.

Os resultados também se expressam na mudança cultural da escola, no fortalecimento das competências docentes, na ampliação da perspectiva da empresa sobre inclusão e, principalmente, na criação de um ambiente onde cada criança pode

existir, sentir, aprender e se desenvolver com dignidade. Em um contexto nacional de crescimento acelerado das matrículas de estudantes com deficiência e neurodivergências, iniciativas como esta demonstram que a inovação social muitas vezes reside justamente no compromisso de transformar vidas uma a uma — com humanidade.

Conclusão

Meses após a implantação da sala, a equipe Mosaic recebeu um vídeo de um aluno neurodivergente, com autonomia, indo para a sala da diretora e pedindo para ir até a “sala Mosaic”. A diretora compartilhou explicando o quanto é gratificante ver estes alunos ampliando a capacidade de interação porque sabe-se que “a infância é o começo de todas as histórias”. A implantação da Sala de Acomodação Sensorial da Escola Municipal Arthur de Mello Teixeira tornou-se um marco para a escola e para a

comunidade de Uberaba, com o custo de 90 mil reais para esse projeto piloto. Mais do que a entrega de um espaço físico, o projeto consolidou uma nova forma de fazer inclusão: pautada pela escuta ativa, pelo diálogo com o poder público e pelo rigor técnico de profissionais especializados. O resultado imediato — crianças com condições mais favoráveis de autorregulação, maior participação nas atividades e um ambiente escolar mais acolhedor — sinaliza um legado que transcende números, pois impacta a dignidade, o pertencimento e as possibilidades de desenvolvimento de cada estudante.

O projeto também reposiciona a atuação social da Mosaic. Ao reconhecer uma necessidade específica fora do portfólio tradicional e dedicar tempo a pesquisa, cocriação e formação, a empresa demonstrou coragem para inovar onde o setor privado raramente se arrisca: em soluções sob medida, de alta profundidade e forte

componente intangível. Esse caminho abriu novas perspectivas de impacto e reforçou a parceria estratégica com a rede municipal, criando uma referência inédita na educação pública local com repercussão na imprensa regional.

Com base nos aprendizados e resultados alcançados, já está prevista a implantação de 6 novas salas sensoriais no Brasil, a começar por Cajati (SP), ampliando a presença do projeto em diferentes territórios e mantendo os pilares que o tornaram viável e relevante: diagnóstico participativo, desenho técnico qualificado, acessibilidade como requisito de projeto, formação docente e monitoramento de indicadores de uso e impacto. E para fechar o ciclo, durante a implantação das novas unidades, será realizado um trabalho de fomento de políticas públicas para manutenção e replicação de espaços. “Porque final feliz começa com educação acessível”.



Índice de Anunciantes

Anglo American	31	GE21	41
AngloGold Ashanti	39	Geosol	13
Aura	15	Integratio	29
Bemisa	19	Kinross	35
Braminvest	103	Meteoric	69
Brasmin	95	Metso	17
CBA	11	MID	23
Clam	43	Nexa	9
CMOC	21	PLS	37
G Mining	25	Samarco	7
Galvani	27	Vale	2ª Capa



BRAMINVEST

2026 BRAZIL & LATIN AMERICA
MINING INVESTMENT HUB

ONDE O CAPITAL GLOBAL ENCONTRA AS OPORTUNIDADES MINERAIS DA AMÉRICA LATINA

OBJETIVOS



Conectar Investidores
a Ativos Minerários



Parcerias Estratégicas
no Setor Mineral



Linhas de crédito e
alternativas de capital



Rodadas de negócios
de bens minerais

O QUE É O BRAMINVEST?

O maior Hub de Negócios de
Mineração da América Latina,
com foco em Investimentos,
Parcerias Estratégicas e
Negociação de Ativos
e Bens Minerais.

SAVE THE DATE
GOIÂNIA | GOIÁS | BRASIL

17 E 18 NOV 2026



braminvest.com.br



(62) 98286-6994

REALIZAÇÃO



EXPERT BRASIL
MINING

PARCEIRAS



ORGANIZAÇÃO

